



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 007

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSC</i>	<i>Mauro Moraes</i>

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE MARÇO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Artagão Júnior e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Proposta de Emenda:

PROPOSIÇÃO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Altera a redação dos artigos 55 e 90, inciso V da Constituição Estadual, conforme segue:

“Art. 55 - A Mesa da Assembléia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas

no inciso XXXIII do artigo 54 desta Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de cinco dias, bem como a prestação de informações falsas.

Art. 90 - ...

Parágrafo Único - ...

V - encaminhar à Assembléia Legislativa informações por escrito, quando solicitado pela Mesa, podendo ser responsabilizado, na forma da lei, em caso de recusa ou não atendimento no prazo de cinco dias, bem como o fornecimento de informações falsas.”

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Duílio Genari, Cleiton Kielse, Ademar Traiano, Rafael Greca, Plauto Miró Guimarães, Elio Rusch, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Accorsi, Doutor Luciano, Carlos Simões, Fernando Ribas Carli, Ratinho Júnior, Nelson Justus, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Jocelito Canto e Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que por sua própria e bem intencionada iniciativa, o Poder Executivo delimitou em cinco dias o prazo para que seus agentes prestem as informações que lhe forem solicitadas por este Poder Legislativo, conveniente que toda legislação que trata do assunto, constitucional ou infraconstitucional, seja uniformizada em conformidade com a nova política administrativa adotada a partir do Decreto 253, de 29/01/2003.

DECRETO Nº 253 - 29/01/2003

Publicado no Diário Oficial nº 6406, de 29/01/2003

O governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, com base no disposto no artigo 87, inciso VI, da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º - Aos órgãos da Administração Direta e Indireta Estadual fica determinado o atendimento de informações formuladas por parlamentares, no prazo de 5 (cinco) dias, independentemente de terem sido submetidas à prévia apreciação da Mesa da respectiva Casa.

Parágrafo Único - Em caso de fundada impossibilidade de atendimento da requisição no prazo acima fixado, haverá a necessária justificativa, motivada por escrito, ao governador do Estado, acompanhada de pedido de prorrogação por igual prazo ou dilação específica.

Art. 2º - Revogando as disposições em contrário, o presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de janeiro de 2003,

182º da Independência e 115º da República.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Procurador Geral do Estado

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 356**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que seja procedida votação em bloco dos itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI
Líder do Governo

REQUERIMENTO Nº 362

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão da Coordenação de Apoio Técnico Legislativo da Diretoria Legislativa, REQUER, a desanexação dos Projetos de Lei nºs 07/2003 e 13/2003, que tratam sobre a Lei Complementar nº 76 (Lei das Concessões do Estado do Paraná).

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

REQUERIMENTO Nº 366

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais como presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Banestado, após ouvido o douto Plenário, REQUER a disponibilização do plenarinho da Casa, de segunda a quinta-feira, das 09h00 às 12h00, durante os 120 (cento e vinte) dias de trabalho da CPI do Banestado.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) NEIVO BERALDIN
Presidente da CPI do Banestado

REQUERIMENTO Nº 367

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais como presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Banestado, após ouvido o douto Plenário, REQUER a disponibilização do plenarinho da Casa, segunda-feira, 24/03, das 09h00 às 12h00, para reunião da CPI do Banestado.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) NEIVO BERALDIN
Presidente da CPI do Banestado

REQUERIMENTO Nº 373

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja aprovado manifesto contra a eminente guerra no Iraque.

A paz mundial está mais ameaçada do que nunca. Por total falta de compreensão dos líderes dos países mais desenvolvidos do mundo, que ao invés de preocuparem-se com as questões prioritárias de países menos desenvolvidos, como é o caso concreto da fome, voltam-se totalmente para questões de fortalecimento das super potências, fazendo das nações empobrecidas verdadeiros escudos das armas a serem utilizadas nesta guerra.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, TADEU VENERI, ANDRÉ VARGAS, NATÁLIO STICA, ELTON CARLOS WELTER, PEDRO IVO ILKIV, ÂNGELO VANHONI, PADRE PAULO CAMPOS e HERMES FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

Nós paranaenses e brasileiros estamos vivenciando um momento único, porém, delicado. Apostamos na mudança e a conquistamos em parte. Se a guerra se efetivar, teremos complicações maiores e perderemos a oportunidade de alcançarmos os objetivos da esperança que venceu o medo, da independência, do desenvolvimento, da paz, das oportunidades igualitárias, dos direitos humanos, da democracia, da diplomacia, da negociação, da discussão.

Pretendemos com este manifesto alertar sobre a necessidade de envolvimento de todas as pessoas de bem, com o propósito de buscar meios para que se evite a guerra em troca da paz. Os riscos e as conseqüências que a eminente guerra pode ocasionar para toda a humanidade são incalculáveis. Além das milhares de vidas que perecerão nos embates diretos, por conta da irracionalidade dos governantes, haverão também prejuízos a todos os países, devido a elevada dependência em relação ao comércio internacional.

Também queremos deixar aqui nossa solidariedade e preocupação com as populações das nações em conflito e principalmente as famílias brasileiras que perderão entes próximos.

Por se tratar de legítima reivindicação de parlamentares e de populações que exigem a paz e repudiam a guerra, é de fundamental importância o apoio deste parlamento a este manifesto.

REQUERIMENTO Nº 350

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações à cidade de Curitiba, pela passagem do seu 310º aniversário de emancipação política, dia 29 de março/2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos Excelentíssimos Senhores Cássio Taniguchi, prefeito municipal, Beto Richa, vice-prefeito assim como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do

Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Curitiba.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 359

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao município de Telêmaco Borba, dirigido ao senhor prefeito Carlos Hugo Wolf Von Grafen e ao senhor presidente da Câmara, vereador Edson Mendes pelo aniversário do município que ocorrerá dia 21 de março.

A presente homenagem deve-se pela importância que o município representa para a Região Central do Paraná e que vem se revelando como um município próspero à altura de seu povo.

Requer, também, envio de correspondência aos homenageados da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 361

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Londrina- ACIL, à Companhia de Desenvolvimento de Londrina- Codel, e ao Sebrae, pela realização do ciclo de palestras denominado Avança Londrina.

A presente homenagem deve-se pela importância das ações que as três entidades vêm desenvolvendo em Londrina, especialmente agora com a realização do Ciclo de Palestras Avança Londrina.

Requer, também, envio de correspondência aos homenageados da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 370

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à população do município de Tibagi, através de seu prefeito, senhor José Tibagi de Mello, pelos 131 anos de Emancipação Política do Município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo, através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal, Rua Coronel Borba s/nº, Centro - CEP 84300.000 - Tibagi-Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 371

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações pela posse do Exmo. Sr. Vereador pelo município de Clevelândia, Marcos Antônio Loyola, na Presidência da Acamsop - Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná, que realizar-se-á no próximo dia 21 de março na Sociedade Rural de Pato Branco, desejando-lhe ao mesmo tempo uma gestão repleta de sucessos.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo, através de correspondência a ser encaminhada para a Acamsop, Rua Iguaçu nº 476 - 3º andar- CEP 85501-270, Pato Branco-Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 372

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações pela posse do senhor André Bueno na presidência da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel que realizar-se-á no dia 20 de março próximo.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo, através de correspondência para Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel, situada à Rua Rio de Janeiro, 704 - CEP 85806-030 - Cascavel- Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 347

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, seja determinada a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de louvor, ao prefeito municipal e o secretário da Saúde do município de Araucária, por ser o 1º município do Estado do Paraná a implantar a vacinação contra a varicela (catapora) dentro da rotina dos serviços de saúde para todas as crianças a partir dos 12 meses de idade.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO

RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O município de Araucária teve a ousadia de implantar a vacinação contra a varicela, também conhecida como catapora. Como rotina dos serviços de saúde irá imunizar, em torno de 2.500 crianças por ano. A doença além de ser causa de sofrimentos para as crianças, é também para adultos. Embora as crianças, na sua maioria, não apresentem complicações, algumas poderão

apresentar evoluções desfavoráveis, especialmente pneumonia. Além disso, é causa importante de absentismo escolar e profissional.

REQUERIMENTO Nº 354

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor, ao município de São José dos Pinhais pela passagem de seus 313 anos de sua fundação e pelo Dia do Padroeiro, a ser comemorado no próximo dia 19 de março.

Requeremos, também, que a decisão do presente seja comunicada ao Exmo. Sr. Prefeito de São José dos Pinhais, Luiz Carlos Setim e à Câmara Municipal de Vereadores, através de seu presidente, vereador César Augusto de Oliveira Franco.

Sala das Sessões, em 18.03.2003

(aa) FRANCISCO BÜHRER
RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 355

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao município de Pinhais, que está comemorando a data de sua emancipação, no próximo dia 20 de março, quando comemora 11 anos.

Requer, também que a decisão do presente seja comunicada ao Exmo. Sr. prefeito de Pinhais, Luiz Casiano de Castro Fernandes e à Câmara de Vereadores, através de seu presidente.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 360

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao senhor Joel Tadeu Correa, por ter sido eleito presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná.

A presente homenagem deve-se pelas ações que o Sr. Joel Tadeu Correa sempre realizou em prol da Federação das Associações de Moradores de Londrina, e cujo trabalho está sendo agora reconhecido com sua eleição frente à Federação das Associações de Moradores do Paraná.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente:

O presidente da Comissão permanente de Fiscalização da Assembléia REQUER pedido das seguintes informações:

. As datas de pagamento das despesas com publicidade do Governo, especificando os nomes das empresas vencedoras, referentes aos exercícios de 1996 a 2000.

. Os gastos com publicidade do Governo, no exercício de 1998, especificando nome das agências vencedoras da licitação, valores, as datas de efetivo pagamento, bem como os valores repassados pelas agências a cada empresa, de forma discriminada.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 368

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem e no uso de suas atribuições regimentais e legais, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 253, de 29 de janeiro de 2003, apresentam a seguinte situação, para ao final REQUERER:

01) A Lei nº 13.283/2001, que criou a Unespar prevê taxativamente a participação da comunidade universitária na elaboração dos estatutos, regimento geral, PDI e projeto pedagógico, o que evidencia senso democrático na construção da Universidade. Para a efetivação de tal dispositivo legal as faculdades desenvolveram estudos internos com sugestões e elegeram delegados para participarem da assembléia geral da Unespar - realizada em Jacarezinho na data de 27 e 28 de setembro de 2002 - e que deveria discutir e aprovar os estatutos. Na referida assembléia foram discutidos e aprovados os Estatutos da Unespar através de metodologia própria com exigência de quórum qualificado e com representatividade, tudo nos termos do regulamento de trabalhos da assembléia previamente elaborado e aprovado pelos delegados eleitos das onze Faculdades Estaduais de Ensino Superior.

02) Os estatutos aprovados refletem uma concepção multi-campi, preservando a identidade e o esforço de inserção social das IES no âmbito regional em que se encontram. De outra, procuram compreender-se como instrumento de desenvolvimento regional e viabilizadores de políticas públicas.

03) Entretanto, o governo anterior liderado pelo senhor Jaime Lerner e o secretário Ramiro Wahrhaftig e com apoio da reitoria por eles nomeada, rejeitou o estatuto democraticamente construído e decidiram elaborar unilateralmente um novo. Outorgaram antidemocraticamente e contra todos os preceitos de construção de uma Universidade um estatuto que não reflete o desejo e o esforço das diversas comunidades, inviabiliza a possibilidade construtiva e reflete uma concepção unilateral e pobre de universidade pública e de políticas sociais.

04) As diversas comunidades de Paranaguá, Curitiba, Cornélio Procópio, Apucarana, Campo Mourão, e mesmo de Jacarezinho e União da Vitória insistem pela prevalência do espírito democrático e universitário, rejei-

tando o estatuto elaborado pelo governo anterior. Note-se que aquele governo já tentara a publicação do referido estatuto através do Decreto nº 6796 de 30 de dezembro de 2002 e que felizmente e a pedido das comunidades a V. Exa. não foi publicado. E assim deve permanecer, isto é, requer-se que V. Exa, rejeite a proposta apresentada em forma de estatuto pelo governo anterior.

05) De outro lado, requer-se que V. Exa. determine a realização de novos estudos com a participação efetiva de cada comunidade universitária onde se situam as faculdades para a elaboração de um modo institucional adequado que atenda as perspectivas regionais, as peculiaridades locais e as possibilidades de organização adequada em busca de qualidade e efetividade, e ao final, se elabore um projeto de ensino superior, de inserção social e regional para as instituições isoladas de ensino superior ou como universidade multi-campi, se for o caso, ou ainda como centros universitários.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(aa) HERMAS FONSECA, PEDRO IVO ILKIV, PADRE PAULO CAMPOS, JOSÉ MARIA FERREIRA, NATÁLIO STICA, ARLETE CARAMÊS E WALDIR LEITE.

REQUERIMENTO Nº 376

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Fazenda solicitando seja informado quais os valores, objetos e respectivos credores dos contratos, convênios, empenhos e ou despesas cancelados a partir de 01 de janeiro de 2003.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 377

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Fazenda solicitando seja informado qual a disponibilidade financeira do Tesouro do Estado, Administração Direta e Indireta, e inclusive em contas vinculadas, apurado em 31 de dezembro de 2002.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 349

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, seja oficiado ao Sr. Ricardo Gomyde, diretor-presidente da Paraná Esporte, sugerindo a reativação e inclusão no calendário esportivo dessa autarquia dos Jogos Abertos do Vale do Ivaí - Javis.

Tal competição de caráter regional, foi criada em 1975. Realizada pela primeira vez em 1976, congregava todos os municípios da região do Vale do Ivaí, porém, por falta de incentivo oficial deixou de acontecer a partir de 1992.

Quando da nossa campanha política, fomos cobrados muitas vezes pelos esportistas daquela região, buscando a sua reativação.

Este parlamentar, tomando conhecimento que o diretor-presidente da Paraná Esporte pretende incentivar através dos projetos especiais as competições esportivas denominadas "esporte de massa", vem mui respeitosa-mente, sugerir a reativação dos Javis, bem como, solicitar a sua inclusão no calendário esportivo, já neste ano de 2003.

Sugere, ainda, que sejam de responsabilidade do Estado a sua organização, controle de registro de atletas, a Justiça Desportiva, o material esportivo e a sua premiação.

Assim procedendo, a Paraná Esporte estará não só cumprindo um dever do Estado que é o de resgatar o que existe de bom, como também, reescreverá uma página importante na história do desporto popular do nosso Estado, considerando que nestas competições de caráter regional, os municípios se encontram nas quadras esportivas em competições do mesmo nível, assim como servem de entrelaçamento e entre municípios dentro de uma mesma realidade.

Assim dito e justificado, espera o atendimento de sua reivindicação.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 352

Senhor Presidente:

O presidente da Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia, por deliberação da mesma, REQUER ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, secretário dos Transportes o pedido das seguintes informações:

- cópia do Contrato de Operação do Porto Barão de Tefé em Antonina e seus aditivos entre a Empresa Interportos e o Governo do Estado, bem como do processo de licitação;

- procedimento licitatório incluindo o edital bem como o contrato firmado com relação às operações do Porto Ponta do Félix com o Governo do Estado.

Informações sobre o terminal Ponta do Félix em Antonina, se possui alguma pendência financeira com a APPA - Administração Portuária de Paranaguá e Antonina.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos da mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 353

Senhor Presidente:

O presidente da Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia, por deliberação da mesma,

REQUER ao Exmo. Sr. Heron Arzua, secretário da Fazenda do Estado do Paraná o pedido das seguintes informações:

- Os valores repassados no mês de janeiro de 2003 ao Poder Judiciário, ao Ministério Público do Estado, à Assembléia Legislativa, e ao Tribunal de Contas.
- O custo com propaganda e campanha publicitária do ICMS, incluindo produção e divulgação em todos os veículos.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos da mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) NEIVO BERALDIN - presidente, ARTAGÃO JÚNIOR, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI, ANDRÉ VARGAS, NELSON TURECK E WALDIR LEITE

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 135 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme segue:

“Art. 135.

§ 1º -

§ 2º - Não sendo prestadas as informações no prazo de cinco dias, o presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, determinará a aplicação da pena correspondente ao crime de responsabilidade previsto no artigo 55 da Constituição do Estado.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Jocelito Canto, Nelson Garcia, Miltinho Pupio, Carlos Simões, Luiz Fernandes da Silva Litro, Ratinho Júnior, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse, Fernando Ribas Carli, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Duílio Genari, Doutor Luciano, Elio Rusch, Nelson Justus e Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que por sua própria e bem intencionada iniciativa, o Poder Executivo delimitou em cinco dias o prazo para que seus agentes prestem as informações que lhes forem solicitadas por este Poder Legislativo, conveniente que toda legislação que trata do assunto, constitucional ou infraconstitucional, seja uniformizada em conformidade com a nova política adotada a partir do Decreto 235 de 29/01/2003.

DECRETO Nº 253

Publ. no Diário Oficial nº 6406 de 29/01/2003

O governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, com base no disposto no art. 87, inciso VI, da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º - Aos órgãos da Administração Direta e Indireta Estadual fica determinado o atendimento de informações formuladas por parlamentares, no prazo de 05 (cinco) dias, independentemente de terem sido submetidas à prévia apreciação da Mesa da respectiva Casa.

Parágrafo Único - Em caso de fundada impossibilidade de atendimento da requisição no prazo acima fixado, haverá a necessária justificativa, motivada por escrito, ao governador do Estado, acompanhada de pedido de prorrogação por igual prazo ou dilação específica.

Art. 2º - Revogando as disposições em contrário, o presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29. 01.2003, 182º da Independência e 115º da República.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Procurador Geral do Estado

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 119/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná a Associação Beneficente Israelita Hai, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei possui o cunho de declarar, no âmbito territorial do Estado do Paraná, a Associação Beneficente Israelita Hai, como sendo entidade de extremo interesse público, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, amparando a pessoa humana em geral, em particular a infância, a adolescência à velhice e aos excepcionais, criando e instalando estabelecimentos de assistência aos necessitados, colaborando com as iniciativas públicas e particulares que visem o bem-estar integral de todos os paranaenses.

Por se tratar de matéria de importantíssimo objeto meritório, solicito o apoio de todos os nobres pares desta Casa de Leis à proposta que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 120/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 12.385, de 28 de dezembro de 1998, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI Anjo da Guarda, com sede e foro no município de Diamante do Norte”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo único de corrigir a denominação do município-sede da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI Anjo da Guarda, município de Diamante do Norte, que na Lei 12.385 saiu como Diamante do Oeste.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 121/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Pe. Haruo Sasaki.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Pe. Haruo Sasaki é o coordenador da Sociedade Filantrópica Humanista desde 1977, entidade esta que atende 5 (cinco) mil pessoas com doenças dermatológicas, principalmente hanseníase.

Em uma visita à cidade de São Jerônimo da Serra, o Pe. Sasaki encontrou um hanseniano na rua e tomou conhecimento que havia centenas de pessoas carentes, portadoras da doença. A partir de então, começou a desenvolver um trabalho social para ajudá-los.

A Sociedade foi fundada em 08 de setembro de 1977, completando em 2002, 25 anos de atividades.

No início, os recursos para manter a entidade eram obtidos de uma plantação de amoras e da criação do

bicho-da-seda. Com o tempo, conseguiu o apoio de pessoas de vários países, inclusive do Japão. Desde 1979, a sociedade conta com a dedicação das freiras enfermeiras da Congregação do Imaculado Coração de Maria, de Nagasaki. Em 1984, foi declarada de Utilidade Pública Federal, possibilitando a ajuda do governo.

Hoje a Sociedade Humanitas é respeitada em todo o mundo pelo trabalho social que desenvolve. Inclusive o Pe. Sasaki recebeu uma lembrança do Papa João Paulo II, entregue por D. Estevão Fumio Hamao que veio do Vaticano para as comemorações do aniversário da entidade. Recebeu do governo japonês uma câmara frigorífica com capacidade para armazenar 10 toneladas de carne.

A sociedade atua em 80 municípios e atende 5.100 pessoas por mês, possui moderno ambulatório com dois dermatologistas, duas enfermeiras e três auxiliares, além de contar com um laboratório supervisionado por um farmacêutico e um auxiliar.

Todo este trabalho humanitário existe devido à iniciativa do Pe. Haruo, merecedor de todo respeito, consideração e gratidão diante desse gesto de doação e amor ao próximo.

PROJETO DE LEI Nº 122/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção de Pequena Central Hidrelétrica Tapera, a ser implantada no Rio Tapera, às coordenadas de latitude 25º29'15" de longitude 52º16'40" e demais características descritas no Relatório Ambiental Simplificado, apresentado pela Sociedade da Água Consultoria Ambiental Ltda.

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, nos termos da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição, atendendo solicitação de Henrique K. Mierzva, que juntou Relatório Ambiental Simplificado, com o objetivo da construção de Pequena Central Hidrelétrica de Tapera.

A Pequena Central Hidrelétrica Tapera é um empreendimento de pequeno porte e se enquadra plenamente nas políticas do governo, tanto a nível federal quanto estadual, através da busca de fontes de geração de energia elétrica de baixo impacto ambiental.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei,

levando em conta, também, a grave crise energética que assola a nação brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 123/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar imóvel de sua propriedade, situado no município de Marialva, na Praça Francisco Silveira da Rocha, medindo 1.125,00 m2, com inscrição imobiliária nº 5.543, registrado no livro 3-H, do Registro de Imóveis da Comarca de Marialva.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será, exclusivamente, utilizado para instalação da Biblioteca Pública do município de Marialva, não podendo ter destinação diversa sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem a iniciativa de doar ao município de Marialva, imóvel de propriedade do Estado, para que ali seja instalada a Biblioteca Pública Municipal, que trará enormes benefícios à população do município e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 124/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do Ivaí - Cendrogasvai, com sede no município de Kaloré e foro no município de Jandaia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do Ivaí - Cendrogasvai, com sede no município de Kaloré e foro no município de

Jandaia do Sul, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover o desenvolvimento humano da micror-região, trabalhando em defesa e conservação de valores individuais e coletivos, preservação da vida e recuperação de dependentes químicos, sejam de qualquer vício, objetivando a melhoria da qualidade de vida no aspecto individual, social e cultural da comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 125/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º da Lei 11911 de um de dezembro de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica assegurado o transporte gratuito aos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal, mediante a apresentação de atestado expedido pelos Conselhos Municipais de Assistência Social ou entidades de portadores de deficiência.

§ 1º - As linhas de ônibus que compõem as redes integradas de transporte coletivo de regiões metropolitanas também são abrangidas pela previsão do *caput* desse artigo.

§ 2º - Nos casos de deficiência aparente fica dispensada a apresentação do atestado expedido pelas instituições mencionadas no *caput* desse artigo.

§ 3º - Os interessados no benefício desta lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de vinte quatro horas, nos casos de linhas de transporte coletivo que atendam municípios além das regiões metropolitanas.

Art. 2º - Fica revogado o artigo 4º da Lei 11.911 de 01 de dezembro de 1997.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Em que pese o elevado alcance social da presente lei, ela ainda é muito restrita na medida que assegura o benefício apenas àquele que se encontra em tratamento de reabilitação.

Há aí também um equívoco conceitual, pois se a pessoa é deficiente não estará em fase de reabilitação. Estará em fase de reabilitação apenas aquela portadora de uma limitação temporária e que, portanto, não pode ser classificado como portador de deficiência.

A forma genérica como se encontra a lei impede que os portadores das mencionadas deficiências usem desse benefício na Rede Integrada de Transporte Coletivo das regiões metropolitanas. Embora sejam linhas inter-

municipais os portadores de deficiência não contam com a gratuidade da passagem.

São diversas as entidades paranaenses que trabalham com portadores de deficiência e não há razão para centralizar a decisão de conceder ou não o atestado nas mãos dos Conselhos de Assistência Social. O expedido pelas entidades farão prova o suficiente da deficiência.

É com o intuito de ampliar o benefício e contribuir no exercício pleno da cidadania pelos portadores de deficiência que apresentamos o presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 126/2003
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Para execução do Programa de que trata o artigo 1º, da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, o artigo 2º, da referida lei passará a ter a seguinte redação: "A quota do transporte escolar será automaticamente repassada aos municípios, em conta específica aberta para esse fim, no valor *per capita* calculado conforme o número de alunos do censo escolar".

Art. 2º - O artigo 4º da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, passará a ter a seguinte redação: "O Estado repassará aos municípios, recursos suficientes para a execução do Programa".

Parágrafo Único - O Poder Executivo constituirá comissão composta de 7 membros, sendo 2 (dois) indicados pelo Governo do Estado, 2 (dois) indicados pela AMP - Associação dos Municípios do Paraná, 1 (um) indicado pela Assembléia legislativa e 2 (dois) membros da União dos Dirigentes Municipais de Educação, tendo por objetivo acompanhar e fiscalizar a exceção do Pete - Programa Estadual do Transporte Escolar.

Art. 3º - O artigo 5º da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, terá a seguinte redação: "Os recursos de que trata o artigo 2º desta lei, serão repassados através da Secretaria de Estado da Educação, até o último dia útil de cada mês, durante os 11 (onze) meses letivos".

Art. 4º - As receitas e despesas realizadas com o transporte escolar, serão incluídas nos relatórios e balanços dos municípios, obedecendo as normas constitucionais estabelecidas para as demais contribuições sociais.

Art. 5º - As disponibilidades financeiras dos recursos transferidos aos municípios poderão se aplicados por intermédio de instituição financeira oficial, e o produto resultante das aplicações financeiras será destinado exclusivamente ao ensino fundamental e médio.

Art. 6º - O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos municípios, na forma da legislação em vigor.

Art. 7º - A utilização indevida dos recursos do transporte escolar, bem como, a não observância da integridade dos dispositivos contidos nesta lei, implicará na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 8º - Fica autorizada a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação para dar atendimento às atividades do programa.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Objetiva a presente proposição no que tange os municípios do Paraná em cumprir os preceitos da Constituição Federal e Estadual quanto: ao dever do Estado de garantir o acesso e permanência do educando na escola.

Há muito os municípios custeiam o transporte de seus alunos para que, aqueles residentes na zona rural não tenham, em razão do local de suas moradias, dificuldades de acesso aos bancos escolares.

Verifique-se, portanto, que, pesa aos municípios serem responsáveis pelo ensino fundamental (pré) e ensino fundamental (1ª e 4ª séries), financiam solitariamente o transporte escolar desses alunos, além de assumirem também encargos que não são seus, consubstanciados, também, no transporte de alunos de 5ª a 8ª séries do ensino médio, da Rede Estadual de ensino.

Tal afirmativa encontra respaldo no fato do ensino fundamental (5ª a 8ª séries), ensino médio, educação de jovens e adultos e ensino supletivo ser de responsabilidade do Estado.

É, notório, as dificuldades financeiras que assolam os municípios paranaenses - e brasileiros porque não assim dizer - que embora tenham alcançado a tão propagada autonomia municipal, receberam - por herança constitucional - um papel que revela desequilíbrio entre a repartição de receitas e as atribuições municipais.

Na tentativa, então, de se construir uma participação equitativa no transporte escolar, que albergue os interesses dos municípios e do Estado, e principalmente dos alunos, pedimos o apoio dos companheiros parlamentares para tornar realidade, que o Estado do Paraná assuma, definitivamente, o repasse automático dos recursos do transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino, evitando assim, o desgaste político dos prefeitos paranaenses perante aos municípios.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Finda a leitura do Expediente.

Suspendemos a Sessão por 3 minutos para receber, nesta Casa, a visita ilustre do General Lino Olviedo. Para tanto designo os deputados Jocelito Canto, Dobrandino

da Silva e Elza Correia, para acompanhá-lo até este plenário.

(Está suspensa a Sessão por três minutos).

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está reaberta a presente Sessão.

Convido a deputada Cida Borghetti, para em nome dos deputados do Paraná, fazer a saudação ao general Lino Olviedo.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Com muito prazer estamos recebendo a visita de um amigo do Paraná, General Lino Olviedo, pessoa que falo aqui de coração general, porque temos um conhecimento de sua pessoa, também de seus familiares, o senhor tem laços com o Paraná, com parte de nossa família também. Em nome da Casa, nós lhe damos as boas vindas e também à sua comitiva que se faz presente nesta Casa de Leis, dizer ao senhor general que leve desta Casa, Assembléia Legislativa do Paraná, o carinho, o respeito, porque nós paranaenses lutamos por melhores dias, por igualdade na saúde, na educação, o respeito à família e à cidadania.

É esse o seu espírito, homem de luta, de seriedade e além do mais, é uma pessoa que quer voltar ao seu país para lá dar a dignidade que aquele povo vizinho, irmão do Paraná, merece.

Receba aqui, o nosso carinho, a nossa atenção e volte sempre. A Casa é sua.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Muito obrigado deputada Cida Borghetti.

Pedimos ao general Lino Olviedo que por favor faça uso da tribuna para sua saudação aos deputados.

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura, pela ordem.

O SR. NEREU MOURA

Queria apenas fazer uma saudação, ao general Lino Olviedo, porque tenho ao longo dos últimos anos, acompanhado o seu trabalho, o seu sacrifício e a sua luta.

Como um deputado democrata, participando de um partido popular, como é o PMDB do Paraná ao qual eu pertencço.

Naturalmente tenho por V. Exa. uma admiração muito grande, sem querer entrar nos problemas políticos do Paraguai, país vizinho ao Brasil, mas aqui do Brasil, aqui do Paraná e gente imagina que V. Exa. é uma pessoa perseguida no seu país. E que V. Exa. luta também, briga tanto por esse país, pelo Paraguai, e que V. Exa. deseja e sonha naturalmente de para lá voltar.

Acompanhei a decisão da Justiça brasileira, em relação à sua pessoa. E a Justiça brasileira arquivou os processos que tramitavam contra a sua pessoa isentando-o de qualquer crime, político ou pessoal, aqui no Brasil.

Exatamente, por isso a Justiça brasileira impediu que V. Exa. fosse extraditado para o Paraguai, porque não entendeu que V. Exa. havia cometido crime algum.

Dessa forma, general Lino Olviedo, V. Exa. recebe a nossa solidariedade, a nossa amizade, o nosso respeito, em nosso nome, em nome do meu partido PMDB, que tem profunda admiração por V. Exa.

Queremos compartilhar juntos, para que o nosso país vizinho, o Paraguai possa recuperar a democracia, possa recebê-lo de braços abertos o povo do Paraguai, que tanto lhe estima, que tanto lhe considera.

V. Exa. me dizia ainda a pouco, que pesquisa de opinião pública lá no Paraguai lhe conferem 82% de preferência entre os paraguaios. O que demonstra que o povo do Paraguai, tem direito e tem razão ao querer que V. Exa. retorne para aquele país. O que V. Exa. precisa de nós, colocamo-nos à inteira disposição para ajudar ao nosso vizinho país, Paraguai, para que lá se restabeleça a democracia, para que a injustiça seja varrida, para que lá o senhor possa, no seu país, na sua terra exercer a política, exercer o papel de um homem público, exercer a liderança, que V. Exa. tem naquele país sobre o povo paraguaio.

Parabéns, pela sua militância, sua coragem, sua bravura, que mesmo aqui, neste solo amado do Brasil, continuar cuidando com carinho do povo paraguaio.

Conte conosco, general Lino Olviedo.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Para encaminhar, o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

São muitos os amigos do general Lino Olviedo, que têm admiração pela sua luta no nosso país-irmão, que é o Paraguai.

Gostaria que o senhor abrisse a palavra para o general Lino Olviedo e, logo após o término da palavra, daí nós, deputados, poderíamos fazer a saudação e os cumprimentos ao general Lino Olviedo.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

A Mesa agradece e acata o encaminhamento.

Solicito ao general Lino Olviedo, que por favor, dirija-se à tribuna e faça a sua saudação aos deputados.

O SR. LINO OLVIEDO

Exmo. e caro amigo deputado Natálio Stica, Exas., caros amigos da querida República Federativa do Brasil e, particularmente do Estado do Paraná.

Estou aqui presente e participando desse honroso lugar que representa o apoio do povo, aonde venho acompanhado de um grande amigo deste Estado. Permita-me, com todo respeito, mencionar o nome de Valter Samara, que sempre me acompanha dentro do Estado do Paraná. Poderia mencionar a muitos deputados com quem tenho a sorte de contar com sua amizade: o líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni; o deputado e querido amigo

Dobrandino; o deputado Jocelito Canto e a muitos outros que me fizeram sentir no Brasil e no Estado do Paraná como na minha própria terra.

Irmãos brasileiros, quem lhes fala é uma pessoa que tem o mesmo sangue de vocês. Meus progenitores, os pais de minha mãe, são brasileiros e isso é a primeira vez que estou dizendo em um lugar tão honroso. Não usei dessa influência em nenhuma circunstância, nem no momento mais difícil da minha vida, quando me trataram com todo decoro e dignidade, aguardando prisão em Brasília.

Esta Nação é a máxima instância da justiça, com onze votos, que é o pleno do Tribunal Federal, disse em síntese: “Lino Cézar Olviedo Silva Britos não tem nenhum delito que possa lhe ser imputado. Todas as supostas provas apresentadas pelo Governo e a Justiça paraguaia constituem uma mera perseguição política disfarçada. Esse é o melhor diploma que pode ter um ser humano nesta etapa democrática que vivem as nações do mundo livre”.

Sabemos que a Justiça do Brasil representa quase 180 milhões de habitantes. Gostaria de retribuir em vida essa grandeza de atitude que tenho com todos vocês e com esse sofrido e querido povo paraguaio que me viu nascer.

Agradeço imensamente esta honrosa distinção que a Assembléia Legislativa me concede e me permite, que é fazer uso da palavra. Quero que tenham a certeza e que fique gravado neste salão de honra que o Brasil tem um dos seus melhores amigos paraguaios: Lino Olviedo, que não os faltará! Lino Olviedo não os esquecerá! E cumprirá com essa dívida de gratidão integrando o Estado do Paraná com o Paraguai, assim como hoje estamos abraçados através do Rio Paraná com a maior hidrelétrica do mundo e que, naturalmente, está concedendo um grande desenvolvimento sócio-econômico a esta região.

Agradeço as palavras da deputada Borghetti sobre a minha pessoa, não mereço tão caros qualificativos. De igual maneira ao deputado Moura. Mas, posso lhes dizer que esta pessoa que também tem uma parte do sangue de vocês, retribuirá essa grandeza de atitude que estão fazendo pela minha pessoa.

Reivindicar meus direitos em um consenso da Nação do mundo livre, devolvendo-me a liberdade e os direitos políticos.

Com isso concluo dizendo-lhes: queridos irmãos brasileiros, levo na retina dos olhos da minha mente o que está estampado no centro da vossa bandeira: “ordem e progresso”. É isso que nós também faremos na República do Paraguai. Da mesma maneira que sou tratado aqui, que me senti como a minha pátria, vocês também brasileiros se sentirão no Paraguai.

Estou correndo permanentemente com prioridade no Paraná, com veículo de placa paraguaia, sem que me falem o respeito e meus direitos. E da mesma maneira faremos com que os irmãos brasileiros possam recorrer na pátria paraguaia com seus veículos, com as placas bra-

sileiras, como hoje não acontece. E o Mercosul será uma realidade.

Muito obrigado por este espaço, por este tempo e por esta atenção. Como cristão, rogo a Deus que nos ilumine e nos mantenha cada vez mais unidos para o bem do nosso povo, para que vivam em paz e bem-estar, em liberdade e na verdadeira democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Pela ordem, deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero me congratular com as palavras do deputado Nereu Moura, da deputada Cida Borghetti, com relação ao meu caro amigo general Lino Olviedo. Manifestar a minha satisfação em tê-lo aqui e a minha não compreensão pela falta de espírito democrático das autoridades do Paraguai com relação ao general Lino Olviedo.

Estamos torcendo para que V. Exa. tenha o retorno o mais breve possível para o Paraguai. Acompanhamos a sua trajetória de muitos anos e é a maior expressão de liderança no Paraguai, a que V. Exa. exerce.

Podemos dizer que você é o grande estadista no Paraguai. Conhecemos grande parte da população do Paraguai, desde a fronteira até Assunção onde sempre trilhou, nós vimos no semblante daquelas pessoas quando se fala em Lino Olviedo.

Portanto, seria a grande justiça, uma grande correção que aquele país faria com a sua volta, que o povo quer. Mais de 70%, presidente, senhores deputados, querem e torcem para que o general Lino Olviedo volte para o Paraguai. A esperança daquela população é realmente grande.

Nós, democratas que somos, não podemos admitir que impeça que a vontade daquele povo seja realizada, seja concedida através da sua volta para o Paraguai. Estamos torcendo muito e temos a certeza que com a vontade política que V. Exa. tem, pelo que demonstra até hoje, será com certeza a grande solução para aquele país, que nós torcemos muito para que recupere a sua economia, que tenha realmente a possibilidade de colocar o país nos trilhos do desenvolvimento, é com a sua volta ao Paraguai. E tenho certeza que com o apoio que V. Exa. está dando ao candidato que disputa pelo seu Partido, será o vitorioso, se Deus quiser.

Ficamos muito contentes, general, com a sua vinda aqui. É um presente para nós, deputados! Eu que lhe conheço e sei da sua vontade política; saiba que estamos torcendo muito.

Parabéns! Que Deus ilumine o seu caminho, porque assim vai atender a população daquele país.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente e senhores deputados.

Gostaria de, inicialmente, fazer uma saudação aqui ao nosso companheiro Valter Samara que está ali, como é conhecido como o “homem do chapéu” no Paraná, pela sua amizade com o presidente Lula e agora, ao mesmo tempo, já fazendo amizade com o futuro presidente do Paraguai. Quero ver o senhor atender os dois países, na sequência!

Mas queria fazer uma saudação especial, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, ao general Lino. Muitos estão nos perguntando aqui o que é que estamos fazendo, trazendo um general aqui no Plenário e que está com os seus direitos políticos, neste momento, bloqueados no Paraguai. Acho que estamos antecipando o que esse País precisa, que é a melhoria do Mercosul. É um Mercosul forte, é o Mercosul para frente, é o Paraná fazendo o Brasil ser o grande destaque do Mercosul.

Então, a presença do general aqui, que não tenho dúvida nenhuma que será o presidente do Paraguai, na sequência, porque é uma pessoa sensível, é uma pessoa simples e é uma pessoa que tem hoje, no seu país, com tudo o que está passando, 70% de aprovação do povo. Não existe nada melhor do que ter 70% de aprovação! É claro, todo mundo que já passou por injustiças, por perseguições, pelas conversas fiadas, sabe como é duro você ser acusado e ter que esperar um tempo para provar que você estava correto. E o general está fazendo isso, está sabendo passar por esse momento, haverá de aprender bastante com esse momento, general, e quando voltar ao Paraguai haverá principalmente de proteger os nossos brasileiros que moram lá. Nós temos um grande número de brasileiros que convivem diariamente no Paraguai, que vivem lá, que têm seus filhos e o que nós mais queremos com a sua presença hoje aqui, é que o senhor jamais se esqueça de proteger os nossos brasileiros, os nossos irmãos, os “brasiguaios” que moram lá e que ajudam a melhorar cada vez mais o Paraguai.

É essa a nossa intenção, acho que da grande maioria desta Casa, de trazê-lo a este Plenário e dar-lhe a oportunidade que o seu país não está lhe dando hoje. Mas tenho certeza que em um curto espaço de tempo o senhor voltará ao Paraguai e será o presidente daquele país e certamente vai fazer com que o Mercosul fique fortalecido e os nossos brasileiros cada vez mais fortes.

Agradeço a sua presença, de todos os deputados, e cumprimento também o Valter por trazer o general aqui, o nosso presidente Stica que também é um grande amigo do general, aos demais companheiros e dizer, general, que são nos momentos mais difíceis da nossa vida que vemos quantos são e quem são os nossos amigos.

Boa sorte para o senhor!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Muito obrigado, deputado Jocelito!

Com a palavra, pela ordem, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, general Lino Olviedo.

Quero expressar um abraço, um abraço não apenas do governador Roberto Requião, que é um amigo do povo paraguaio; é um amigo também do povo do Mercosul, sobretudo da Argentina. Durante esses últimos oito anos, no Senado Federal, foi responsável pela Comissão do Mercosul, representando o governo brasileiro no Senado da República, lutando para que o Mercosul, esse grande “bloco de países” da América Latina, se consolide.

Deixo um abraço dos paranaenses, porque o país do Paraguai é um país muito parecido com o nosso Estado do Paraná: nós temos problemas, mas também temos virtudes. Paraguai e Paraná estão umbilicalmente ligados, não apenas pela terra fértil que têm os dois Estados, onde se planta muito e se colhe muita riqueza, mas estão ligados também pelos seus destinos, destinos de fronteiras, fronteiras que nos fazem um povo irmão.

O Paraguai tem o Porto de Paranaguá há muitos anos como um porto amigo que faz com que o Paraguai possa levar as riquezas para o resto do mundo. Mas, nós não queremos isso apenas; nós queremos que o Paraná e o Brasil consolidem os laços de amizade para que o Paraguai não tenha mais desemprego, não tenha mais os problemas que tem; do ponto de vista social possam estar irmanados em uma ação conjunta com o Paraná e o resto do Brasil.

Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile também podem se constituir em um grande bloco de desenvolvimento econômico. Recentemente, Lino Olviedo, vieram para o Brasil em 1997 várias empresas automobilísticas do mundo inteiro porque viram que a América Latina é o lugar de desenvolvimento, é a quinta essência do desenvolvimento hoje em todos os blocos do mundo inteiro. Naquele ano, dois milhões e quatrocentos mil carros foram produzidos entre Brasil e Argentina. Hoje a produção está baixa, um milhão e setecentos, um milhão e oitocentos. Mas, sem sombra de dúvida, se a Argentina souber, junto com a ajuda do Brasil e dos outros países amigos, sair da crise que está, nós teremos um futuro brilhante para os países da América do Sul.

Tenho a certeza que os seus amigos, os seus companheiros no Paraguai vão ajudar o Paraná e o Brasil a fazer desse bloco do Mercosul um grande instrumento, não apenas de integração cultural, de integração tarifária, mas um bloco que possa ajudar a América Latina a se desenvolver e fazer desse lugar da humanidade, do planeta, um lugar onde a esperança e a possibilidade de ter uma vida digna seja de todos nós.

Parabéns pela sua luta, seja feliz na sua caminhada, o senhor e os seus amigos, seus companheiros lá no Paraguai.

Muito obrigado!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)

Senhor presidente, nosso convidado, general Lino Olviedo, senhores deputados:

Na condição de deputado e também presidente da Comissão Permanente do Mercosul desta Casa, e vice-presidente da União de Parlamentares do Mercosul, que tem na sua presidência o senador Argentino Félix P., não poderia deixar passar essa oportunidade de saudá-lo e também de colocar aqui as ações que estão sendo desenvolvidas para o fortalecimento do nosso bloco econômico, o Mercosul. O Paraguai, que é um dos signatários do acordo de livre comércio dos países do sul, mas precisamente lá em Assunção, foi assinado esse acordo, e a capital paraguaia que tem uma história que se confunde com a história do Brasil e com a história do Paraná. Assunção, do Paraguai que tem uma história que se confunde com a região que nós representamos nesta Casa, que é a região de Guarapuava, pois ali passou em meados do ano de 1500 dom Alvarez Cabeza de Vaca, que saindo lá da Ilha de Santa Catarina, hoje Florianópolis, demandou à procura de um caminho para chegar até hoje, o conhecido Paraguai. Enveredou pelas florestas, pelas matas do nosso Estado. E ao subir a Serra da Esperança, ao chegar ao terceiro planalto do Paraná, pôde ele ainda usar um caminho muito antigo. Um caminho que os índios usavam para cruzar do Pacífico até o Atlântico, vindo do Equador e chegando até São Vicente, em São Paulo, o caminho do Peabiru. Caminho este que serviu para que os indígenas fizessem a sua integração e que serviu também para que Cabeza de Vaca pudesse chegar onde chegou. Primeiro, ao chegar a Foz do Iguaçu, Dobrandino, quando eles caminhavam escutavam o ruído e o barulho das águas. E ao chegar próximo quando depa-rou com aquela maravilha, a expressão dele foi - Santa Maria - e que por muitos anos deu o nome àquela sétima, oitava ou décima ou a maior maravilha do nosso mundo.

Caminhou ainda Cabeza de Vaca indo fundar Assunção, também no ano 1541, se não me falha a memória. Esta é a história que se confunde, é neste histórico, Lino Olviedo que nós os parlamentares que integramos a União de Parlamentares do Mercosul, firmamos-nos para fazer dessa união um grupo econômico de países fortes para que nós possamos competir com os blocos econômicos que existem no mundo, o Bloco Europeu, Área de Livre Comércio das Américas, mas também com os países asiáticos. Mas enfim, o mundo mudou, o mundo evoluiu e nós cada vez mais temos que estar preparados para enfrentar a concorrência e sozinhos nós não chegaremos a lugar nenhum.

Mas, eu sempre digo, jamais nós podemos sobrepor o capital ao homem, o homem é a essência deste mundo. De nada adianta o capital se não tiver o homem. A vida é o principal.

Além dessa integração econômica nós temos trabalhado na União de Parlamentares do Mercosul para que haja uma integração cultural, uma integração verdadeira, uma integração que facilite o ir e vir, uma integração que

permita aos brasileiros que moram no Paraguai, aos argentinos, aos uruguaios que trabalham aqui ou que vêm para cá, também tenham os seus direitos adquiridos.

Precisamos de um tribunal que possa resolver as questões que envolvem os nossos países. Temos trabalhado neste sentido, general Lino Olviedo, temos trabalhado no sentido de atrair outros países, o Chile já participa como membro convidado na nossa União, da mesma forma a Venezuela. Estivemos na Venezuela participando de reuniões na Assembléia venezuelana e já existe hoje na nossa instituição um vice-presidente indicado por aquela Assembléia.

Faço estas colocações, general Lino Olviedo, porque temos certeza que o senhor é um homem de visão, um homem do mundo e que é um homem reconhecido em seus país, que tem uma grande aceitação popular, tenho certeza que ao chegar ao comando desse país irmão, desse país vizinho, saberá como ninguém reforçar esta união, fortalecer esta união para que nós possamos, um dia, dizer: nós somos americanos do sul, nós somos irmãos, onde nós não tenhamos fronteiras, onde tenhamos esta amizade que nos une há muito tempo, mas uma amizade entre povos irmãos e entre povos iguais, povos semelhantes, com qualidade de vida para todos, onde nós não tenhamos mais essas grandes diferenças sociais que nos causam enormes constrangimentos, que nos causam mal, que nos deixam tristes.

Tenho certeza que o senhor à frente daquele país fará com que o Paraguai chegue ao seu grande destino.

Parabéns pelo seu trabalho, parabéns pela sua liderança e quero lhe dizer, sinto-me feliz e honrado em poder saudá-lo.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Ninguém mais desejando usar da palavra nós queremos em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, agradecer a presença nesta Casa do general Lino Olviedo e ao mesmo tempo em que pedimos para que Deus continue iluminado seu caminho, o caminho da esperança, pedimos aos homens que só façam uma coisa, a justiça, que com a justiça o general poderá com certeza fazer da sua batalha a vitória que o povo paraguaio tanto necessita.

Muito obrigado.

Convido os deputados Dobrandino, Elza e o Jocelito que, por favor, o acompanhem novamente e os deputados que quiserem cumprimentá-lo.

(Suspensa a Sessão)

(Reaberta a Sessão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à primeira oradora inscrita, deputada Luciana Rafagnin, por cinco minutos.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Faço uso da tribuna, neste dia, para falar de um assunto que tem sido notícia nacional e internacional. Desde que elegemos um governo popular, Lula tem levado a mensagem a milhões de brasileiros e a muitos países sobre a situação do nosso Brasil, sobre as riquezas que aqui temos, mas também sobre a fome que humilha e oprime o povo brasileiro. É sobre o Projeto Fome Zero, que eu gostaria de falar nesta tarde.

(Lê):

“Até que enfim o combate à fome se transformou em uma causa. Bandeiras hasteadas em campos de futebol, em eventos culturais, slogans em camisa de jogadores, marketing de empresas, conversas em grupos e seminários de segmentos sociais. Pronunciamentos pró e contra. A primeira conquista do Lula não é a erradicação da fome, é a tomada de consciência da sociedade de que é possível, necessário e imprescindível para o desenvolvimento do país vencer a luta contra esse flagelo que nos relega a condição de Terceiro Mundo.

Eu faço uma grande reflexão entre vencer a fome no contexto atual e a luta pela abolição da escravidão. A pouco menos de 100 anos a sociedade se dividia entre os abolicionistas e os escravocratas. Os primeiros sustentados pelos ventos da mudança defendiam, que o desenvolvimento exigia o fim da escravidão. Os escravocratas, únicos beneficiados pelo regime, defendiam a tese de que a economia do país iria à bancarrota sem o trabalho escravo e até justificavam a escravidão dizendo que a liberdade dos negros os levaria à extrema miséria por falta da capacidade de exercer a condição de liberdade.

Na luta contra a escravidão ou na luta contra a fome, as opiniões não são homogêneas. Há quem pergunte se o combate à fome não é mero assistencialismo. Porém, todos nós queremos que a fome seja combatida pela causa. Mas a fome já é consequência, inclusive histórica, com raízes no longo período de dependência do Brasil ao Império, agravado pela famigerada escravidão e sustentada na má distribuição da riqueza e do saber.

Ser progressista na época da abolição era defender a abolição. Ser progressista na atualidade é apostar no projeto de erradicação da fome. Não importa se o projeto se chama Fome Zero do Lula, ação contra a fome do nosso cidadão Betinho, da Pastoral da Criança, que aliás é o maior projeto colocado em prática, se é a minha e a sua ação individual ou empresarial que atende um grupo específico. O que importa é o engajamento de todos. É preciso que se acredite. É concebível que se questione os métodos, mas seria absurdo ficar discutindo os méritos.

Combater a fome é lutar por reforma agrária, por saúde, educação, moradia... mas é também dando de comer a quem tem fome, para que alimentados possam recobrar a esperança e ir à luta. Nessa luta é preciso que a gente se desarme de chavões costumeiros como o que diz que não adianta dar o peixe e que é preciso ensinar a pescar. Quem tem fome e não comer o primeiro peixe não

terá forças para aprender a pescar, ou se aprender poderá não ter acesso ao açude.

Não vamos deixar que o medo do assistencialismo postergue o combate à fome por mais um ano, um mandato, uma década, um século. Se os abolicionistas tivessem aderido ao “medo” dos escravocratas o oceano ainda seria cortado por navios negreiros e a sociedade teria adormecido diante da crueldade da escravidão.

A abolição não foi fruto de um decreto. Foi uma conquista da sociedade. Acabar com a fome certamente será a maior vitória da era contemporânea. Do contrário, será nossa vergonha histórica.

Não vamos nos esconder no senso comum que diz que a fome sempre existiu e sempre vai existir. O pensamento científico sabe que é possível acabar com a fome: de comida, de saber, de justiça...

A fome não tem cor, tem coração.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente e demais membros da Mesa, senhoras deputadas, senhores deputados, imprensa presente, povo do Paraná.

O pronunciamento que faço na tarde de hoje, a pedido da nossa líder do PT, deputada Luciana Rafagnin, refere-se no que tem sido noticiado na criação do primeiro comando rural do Paraná. (Lê):

“Conforme noticiado, através da imprensa local e nacional, um grupo de fazendeiros paranaenses criaram no último dia 09 de março, em Pitanga, região centro-oeste do Estado, o PCR - Primeiro Comando Rural, uma organização que pretende manter homens armados nas fazendas da região para amedrontar os trabalhadores rurais sem terra e assim evitar novas ocupações.

De acordo com as informações, o nome da organização foi inspirado no PCC - Primeiro Comando da Capital, grupo criminoso que age nos presídios de São Paulo.

Os proprietários afirmam que estão agindo dentro da lei e que pretendem registrar as armas para proteger as propriedades.

Os fazendeiros confirmam que estão dispostos a distribuir armas de grosso calibre a segurança de eles menos 50 fazendas, para impedir ocupações de terras. Segundo os integrantes do PCR, a organização já tem representantes em Palmital, Laranjal, Pitanga, Guarapuava, Maringá e Cascavel.

Segundo matéria veiculada em jornal de circulação nacional, um porta-voz do grupo disse que o PCR teria apoio de políticos e sindicatos rurais da região e que iria buscar apoio da Faep - Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Eu não acredito, o presidente do Sina-pro - Sindicato Nacional dos Produtores Rurais, prevê ainda, conflitos maiores que o de Eldorado dos Carajás, para breve.

Outro integrante do PCR fez a aterrorizante advertência de que, a Polícia Militar entrará nas fazendas para o recolhimento dos corpos e a contagem dos mortos.

Vejam a gravidade do que estamos colocando e que já foi noticiado na imprensa.

Por outro lado, recente levantamento do Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, mostra que mais de 11 mil famílias estão acampadas em 84 áreas no Estado, à espera de terra.

Mas, apesar desse significativo diagnóstico, não há previsão de início dos assentamentos, por parte da autarquia federal.

Ante estes fatos, a Bancada do Partido dos Trabalhadores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vem a público, denunciar esta ofensiva dos proprietários rurais que desafiam as autoridades constituídas, na tentativa de intimidar e impedir o processo de reforma agrária.

Não podemos esquecer que, o campo paranaense protagonizou nos últimos anos cenas de violência e terror que marcaram o Estado do Paraná com tristes estatísticas: desejos forçados, homicídios, ameaças, prisões, torturas e feridos, deixando um rastro de dor e sofrimento nas famílias de trabalhadores rurais que lutam por um pedaço de terra.

Infelizmente, não é de hoje que os latifundiários se insurgem publicamente contra o Estado de Direito, já que, ante a omissão dos responsáveis, esta situação tem-se perpetuado e legitimado impunemente, com o aval de políticos e autoridades.

Paradoxalmente, enquanto, a vista de todos, os proprietários rurais se armam e ameaçam a paz no campo, criminaliza-se os movimentos sociais que organizam as famílias de trabalhadores rurais sem terra com o intuito de pressionar e acelerar o processo de reforma agrária, tão premente em nosso país, transformando assim, uma questão social em caso de polícia.

Considerando os novos tempos que estamos vivendo, acreditamos e confiamos em que, o passado recente de repressão e violação dos direitos fundamentais dos trabalhadores rurais sem terra, que tem sido motivo de repúdio e denúncias internacionais e que envergonha a todos nós paranaenses, não se repetirá.

Para isso, e dando um voto de confiança na atual administração, requeremos urgentemente ao ilustríssimo senhor governador do Estado do Paraná, sejam tomadas todas as medidas cabíveis, para evitar uma tragédia anunciada, a qual, se acontecer, será de inteira responsabilidade das autoridades, bem como, dos proprietários rurais.

Acreditamos em uma saída pacífica, através do diálogo e, principalmente, com a efetiva implantação da reforma agrária que beneficie as famílias acampadas ao longo das beiras de estradas, à espera da tão almejada terra”.

Senhor presidente, para finalizar, houve alternância do Poder no Governo Federal, as instâncias do Poder Judiciário, realmente, serão eficazes. E há uma vontade política do novo Governo de, realmente, fazer a reforma

agrária neste País. E temos que repudiar atitudes como esta e o Estado de Direito deve ser garantido a todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, senhor deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhora presidente, senhores deputados.

Estamos recebendo no dia de hoje nesta Casa a presença do vice-prefeito de Pontal do Paraná, o companheiro Zeca do PT, nosso amigo de muitos anos de militância e hoje vice-prefeito daquele município.

Recebi também hoje um jornal “A Folha de Pontal”, que traz na matéria de capa, infelizmente, o título: “Mar de lama, Anacleto Paraná Abre a Caixa da Prefeitura”. Dias atrás quando nesta Casa recebemos a visita do Dr. José Maria Correia, recebendo a incumbência do governador do Estado para assumir a prefeitura de Matinhos, eu, ao saudá-lo, falei que o nosso litoral, infelizmente, estava literalmente inundado, inundado de corrupção. Começou por Guaratuba, estendeu-se por Matinhos e não é diferente em Pontal do Paraná. Em Guaratuba já houve a troca de prefeito, Matinhos a cassação do prefeito fez com que a intervenção fosse colocada para que aquele município pudesse voltar a discutir, com ética, os destinos políticos e econômicos do município. Pontal, infelizmente, ainda, continua notícia de jornais como esta que falo no dia de hoje.

Quero, rapidamente, dizer que há uma grande cruzada sendo feita para que também, no município e Pontal, possamos voltar a ter a dignidade e a ética na política. Há, por parte da Câmara de Vereadores, uma comissão processando que discutiu, analisou e reprovou as contas do prefeito em exercício. Nesta quinta-feira teremos uma reunião naquela Câmara de Vereadores, não sei se nessa reunião já teremos algum resultado, mas, com certeza, nas próximas reuniões teremos, possivelmente, aprovada pelos vereadores daquele município a cassação do atual prefeito: “O Zé de Pontal”.

Será que o nosso litoral tem que continuar por muito tempo neste mar de lama, nesse envolvimento? E o escândalo que envolve Pontal do Paraná nos assombra, tais são as denúncias que chegam até nós, alguns deputados, que têm contato com aquele município. Ouvia do vice-prefeito, Zeca do PT, de que a licitação pública é feito maracutaia, deputada Luciana, de tal maneira de que a filha do prefeito como presidente da Comissão de Licitação, ganha a licitação de serviços a serem prestados por aquele município. Superfaturamento, são inúmeros os superfaturamentos apontados naquele município. O município cuja renda não é tão grande assim, mas a continuar com esse descaso público, com certeza teremos um município fadado ao fracasso.

Como deputado estarei dando apoio e tenho certeza que outros deputados também o darão, aos vereado-

res que querem fazer de Pontal um exemplo da ética na política. Estaremos acompanhando as próximas reuniões da Câmara de Vereadores de Pontal, tenho certeza que assim como o deputado Leite que é de Paranaguá e da região, outros deputados assim o farão.

Aqueles deputados que necessitem de um esclarecimento maior, além do deputado Leite que conhece como ninguém a região, gostaria que aproveitassem a presença do vice-prefeito, Zeca do PT, que ali se encontra, para saberem mais das barbaridades que acontecem naquele município. E tenho esperança que a coragem que sei vai tomar conta dos vereadores de Pontal, faça com que a cassação do atual prefeito aconteça o mais breve possível e possamos empossar o vice-prefeito, que está comprometido com a ética, com a moral, com o crescimento do povo daquele município, porque tenho certeza, muito vai contribuir para o Estado do Paraná.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Concedo a palavra à senhora deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, antes de iniciar a minha fala, dizer antes de mais nada: hoje me foi solicitado por uma assessora, se eu autorizaria que fosse entregue ao deputado a transcrição da minha fala de ontem. Tudo que esta deputada fala aqui é público, está já previamente autorizado. Não há o que eu diga nesta tribuna que não seja, na minha avaliação, de interesse público e de direito público. Estamos numa Casa aberta, pública e tudo que eu colocar aqui, evidentemente está à disposição do deputado que precisar eventualmente da transcrição. Não preciso autorizar isso.

Gostaria de colocar aqui que tivemos um encontro hoje, fundamental, que fique consignado na Casa, pela importância do nosso encontro com o senhor governador e também com deputados da base de apoio ao Governo.

Acho que não pode passar em branco, impunemente esse encontro. Foi um encontro que mostrou um diagnóstico claro, transparente, da nossa situação no Estado do Paraná. É assim que se governa, conhecendo a situação, tendo um diagnóstico social na mão, até para que se possa otimizar os recursos e trabalhar na direção de resolver os problemas, baseado no xerox da situação que nós temos que reverter.

Em Londrina, quando era vereadora, um dos primeiros projetos que fiz naquela Câmara, foi um projeto para que o Poder Público Municipal instituisse o que chamei de Censo Social. A cada quatro anos o Poder Público Municipal, deveria fazer com a contribuição das universidades, dos institutos e da organização até da sociedade civil, técnicos, para que o prefeito pudesse conhecer a realidade social da cidade, do ponto de vista de quantas crianças estão fora da escola, quantas crianças na demanda reprimida de creches, a questão da saúde, dos

investimentos, da geração de rendas, do meio ambiente, ter um xerox da cidade para poder fazer a sua intervenção. É óbvio que se tiver esse xerox, o investimento pode ser feito de uma forma muito mais produtiva e o resultado será melhor. O que a gente vê é pipocar ações desordenadas nos nossos municípios e no nosso país e essas ações desordenadas incorrem em prejuízos para a população, que às vezes investe na política A quando na verdade precisaria investir mais na política B.

Por isso hoje, achei extraordinariamente importante esse encontro. Porque o governador com a sua equipe técnica apresentou xerox do meu Estado, que eu procuro estudar, procuro saber, procuro me informar. Antes de ser candidata a deputada estadual, fiz uma visita ao IBGE, fiz uma visita a diversos institutos, para conhecer melhor o meu Estado. Porque só conhecendo melhor o meu Estado, é que as minhas intervenções, as minhas ações aqui terão evidentemente, um resultado mais positivo. Não dá para intervir naquilo que não conheço.

Então, hoje fiquei profundamente preocupada com o nosso Estado. Do ponto de vista do IDH - que é o Índice de Desenvolvimento Humano, o Estado do Paraná, apesar de apresentar uma situação que pode parecer favorável, que é estar no ranking nacional existe uma relação a outros estados sulinos, especialmente São Paulo. Nós estamos numa situação constrangedora, o Estado do Paraná, em relação ao índice de desenvolvimento urbano. Esse é o indicador de qualidade de vida fundamental para que nós possamos governar. Para que nós, aqui na Assembleia Legislativa, possamos desenvolver projetos e ações que colabore com o Governo, independentemente de cor partidária, de linha de ação política, se somos da Oposição, se somos da Situação. Acima disso está o Estado do Paraná, que aqui não pode ser punido.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo-lhe cinco minutos, do Horário da Liderança do PMDB, conforme o vosso requerimento.

A SRA. ELZA CORREIA

Muito obrigada, senhor presidente.

Nesse sentido entendo que as nossas ações aqui têm que ser de fato abalizadas.

Porque da mesma forma que coloco, que é preciso o governador conhecer o diagnóstico do Estado para governar e administrar bem o dinheiro do Estado, que aliás, está parco, também precisamos conhecer para que os nossos projetos e as nossas ações sejam nessa direção.

Nós temos o índice de analfabetismo do Estado do Paraná que atinge 8.6%, chegando a 14% nas regiões do norte pioneiro Centro Ocidental Paranaense 14%, principalmente da população adulta, quando no país o índice é de 15%.

O Paraná vai mal na questão da alfabetização. Nós sabemos que a alfabetização é um dos alicerces fundamentais da garantia do direito de cidadania, dos direitos humanos, da melhor condição de trabalho, da melhor

condição de inclusão social. Preocupou-me profundamente esse dado.

Em relação à saúde, embora tenhamos uma situação de certo conforto entre aspas, do ponto de vista da queda do índice da mortalidade infantil, índice de mortalidade materna é altíssimo, para o Paraná. Isso mostra que é necessário investimento imediato na questão da saúde pública. Nós temos acumulado malas de projetos, mas quando a população vai lá na ponta, no Posto de Saúde ou na atenção primária, ela tem problemas de atenção. É preciso investir nesta questão da saúde, no nosso Estado. Até porque a média estadual do Norte Pioneiro, do Centro Oriental, Sudeste e Centro Sul, os registros são elevadíssimos do ponto de vista da precariedade da saúde: atinge 27,18%.

Em relação à renda, no ano de 2000, havia 687.795 domicílios, cujo chefe de família recebia uma renda inferior a um salário-mínimo, representando 26% do total dos domicílios do Paraná. Esses 171.700 chefes de famílias não recebem nenhum rendimento familiar.

Isso nos mostra uma situação de aprofundamento do fosso, de miséria e das desigualdades se não houver uma interferência nessa questão.

Em relação ao trabalho, de 92 a 2001 aumentou assustadoramente o número de desempregados no Estado do Paraná. Passou de 236.000 para 392.000, quase 400.000 pessoas desempregadas só neste período. Informação do IBGE.

Somando essas questões existe toda essa desenfreada ação de corrupção que aconteceu no Estado do Paraná, em relação à Sanepar, que já houve a intervenção firme do nosso governador, que reverteu essa situação.

A questão da Copel que precisa haver uma interferência imediata. Espero sinceramente que a CPI que foi instalada para isso e, que infelizmente eu fiquei de fora, gostaria e vou acompanhar de perto o seu trabalho, porque temos o que contribuir.

Temos informações, documentos acumulados e vamos passar aos nossos companheiros, para que possamos ter de fato uma investigação profunda, nessa questão da Copel, porque é uma vergonha o que está acontecendo, e hoje, o senhor Paulo Pimentel, diretor da Copel, deixou claro que se continuasse a situação encontrada, a Copel quebraria num prazo muito pequeno. Então, essa quebradeira será revertida com a intervenção do governador, mas, também, com o trabalho que deve ser firme, responsável e conseqüente da CPI, que temos certeza que será.

Nesse sentido, apesar desse quadro que pode não parecer muito bonito, o Estado do Paraná tem um potencial extraordinário; é um dos maiores produtores de grãos deste país; tem um potencial em relação ao seu desenvolvimento; um povo aguerrido; um povo trabalhador...

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo-lhe um minuto para concluir.

A SRA. ELZA CORREIA

E nós temos certeza que essa situação será revertida, não só porque o governador Roberto Requião tem a determinação e a vontade de fazê-lo, mas porque também nós o faremos, porque também nós ajudamos a construir esse programa de Governo e porque a população assim o merece.

Foi distribuído aos deputados um documento, um sumário executivo chamado “Diagnóstico Social e Econômico” que eu sugeriria que todos os deputados tivessem para poder acompanhar e colaborar, contribuir para que possamos, de fato, construir o Paraná que queremos, que merecemos e que precisa ser construído.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, com a palavra o senhor deputado Cleiton Kiesel.

O SR. CLEITON KIESEL

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Mentiras, mentiras, mentiras, mentiras e mais mentiras! Assim que oito governadores fizeram do nosso Vale do Ribeira! Oito! Incluindo o atual governador, incluindo o ex-governador, incluindo Ney Braga, José Richa, Jaime Canet! E hoje, nós temos ali no Vale do Ribeira, a menos de 60km de Curitiba, presidente, quase trinta tratores tirando pessoas atoladas, ambulâncias que estão quebradas na estrada, pessoas desesperadas, morrendo e que, normalmente se faz páginas e páginas de desespero!

Tenho que agradecer à Gazeta do Povo que nos ouviu esta semana e colocou em primeira página: “O desastre do Vale do Ribeira”. A região mais pobre do Paraná, a região abandonada por todos esses governadores!

Não posso me calar mais, senhor presidente, porque todos prometeram, todos ganharam as suas eleições no Vale!

Empresários que estiveram ontem comigo, pediram a mim que mude a divisa a partir de Rio Branco do Sul para que passe para São Paulo; a partir de Tunas do Paraná para que passe para São Paulo, porque não se pode imaginar que numa região ao lado de Curitiba estejam morrendo pessoas nas estradas, senhor presidente! Tivemos que buscar com caminhonetes 4x4 mulheres grávidas nos últimos dias porque iam morrer na estrada também.

Felizmente, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro Eliseu Padilha construíram a estrada até Tunas do Paraná, que muitos dos senhores conhecem e em menos de dois anos instalamos 23 indústrias na cidade. O desemprego na cidade de Tunas do Paraná é zero! Estamos buscando pessoas em Bocaiúva, em Cerro Azul, em Doutor Ulisses, porque só pelo asfalto até Tunas já temos condições de um superávit na

área de empregos, na área de ICM, tendo possibilidade de mostrar o Vale do Ribeira ao Brasil.

E no dia de hoje, num dia que poderíamos estar comemorando, estou aqui de luto! Já pedi ao secretário dos Transportes. O governador Requião se comprometeu em este ano iniciar a estrada da Ribeira. Se não iniciar, literalmente precisa entrar com o projeto junto com os deputados de São Paulo, porque lá, tenho certeza, faremos a estrada de ligação ao vale mais abandonado do sul do país. Uma região onde muitos dos senhores estiveram, mas que hoje duvido que cheguem. Se não chegarem de helicóptero ou com uma caminhonete muito bem traçada. Delegado Bradock, o senhor conhece muito bem o que estou falando, deputado Carlos Simões, vários companheiro que aqui estão.

Estou, neste apelo à Assembléia Legislativa, ou o governo do Estado dá atenção definitiva ao Vale do Ribeira ou publicamente entrarei com um processo de nova divisa para o Estado do Paraná, mudando para o Estado de São Paulo ou transformando em algum Estado que sequer possa ser constituído.

Meu companheiro Alexandre Curi, teu pai, teu avô que conhece e conhecia muito mais, sabe do que estou falando. Quantas vezes eu e o Anibal tivemos que buscar tratores para puxar nossos próprios carros. Quantas vezes tivemos que pousar em Cerro Azul ou Dr. Ulisses, porque não podíamos sair de lá.

O Sr. Rafael Greca

O senhor me permite um aparte?

(Assentimento)

Associo-me à sua indignação e me permito sugerir a V. Exa. que dê um nome a esse seu projeto. A estrada do Vale do Ribeira deve se chamar a “Estrada do Sesquicentenário do Paraná”.

Os cento e cinquenta anos do Paraná precisam ser marcados pela integração completa do território do Paraná. Ao invés de querer tirar um pedaço do território do Paraná, devolvendo a São Paulo, ao invés de querer devolver um pedaço do Paraná da 5ª Comarca de São Paulo a São Paulo, nós devemos é criar uma estrada que marque os 150 anos do Paraná.

O Paraná inteiro ligado. O Paraná inteiro para os paranaenses. O Vale do Ribeira que é o último pedaço do território do Paraná que não é ligado pelo asfalto à Capital do Estado sendo a estrada do sesquicentenário.

Se temos que ter um marco, que marque os 150 anos do Paraná, que não seja um monumento. Que seja essa estrada.

Quando foi dos 100 anos do Paraná, o Bento Munhoz da Rocha fez o “homem nu”, um gigante de pedra olhando para o interior, para convidar os paranaenses a ocuparem o território. V. Exa. nem eu éramos nascidos.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Presidência pede escusas ao deputado que usa da palavra e consulta ao orador que ocupa a tribuna se vai

pedir o horário da liderança, para que possa então fornecer o aparte.

O SR. CLEITON KIELSE

Quero agradecer a participação brilhante do deputado Rafael Greca, mas quero junto contigo, com todos os deputados, independente da denominação que venhamos a dar a essa estrada, quero que alguém olhe com os olhos de pai, para um vale que está morrendo! Seu filho mais pobre está abandonado; seu filho esquecido está morrendo!

Vamos unidos, com o próprio Governo do Estado, que vou estar novamente esta semana com o secretário Waldyr Pugliesi implorando para que ele escute um pouco o Vale do Ribeira.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Com a palavra o último inscrito no Pequeno Expediente, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor Presidente, senhores deputados.

O deputado Kielse me inspirou para que eu viesse a esta tribuna, fazer coro no seu discurso na questão do Vale do Ribeira.

É verdade que o Vale do Ribeira precisa de estrada para o seu povo! É verdade que o Vale do Ribeira precisa de um desenvolvimento regional! Aí, é verdade também que o Vale do Ribeira está esquecido. Mas, também é verdade que existia em Adrianópolis uma grande mineradora que explorava o ouro e a prata e que saíram de Adrianópolis verdadeiras fortunas e não só o ouro e a prata foram embora, mas centenas de crianças, talvez milhares morreram antes de completar um ano de idade, exatamente pela poluição daquela mineradora. Nem o Ministério Público, nem o Tribunal de Justiça, nem o IAP, nenhum órgão do Governo Estadual ou Federal viu que lá havia uma mortalidade infantil enorme, que lá ainda temos, em Adrianópolis, inúmeras crianças contaminadas com chumbo no sangue.

A Universidade de São Paulo, a Unicamp, lá esteve. Nós estivemos, junto com o deputado Algaci Tulio e o deputado Kielse, inúmeras vezes em Adrianópolis. Verificamos a situação e eis que a fábrica estava para ser reaberta, esquecendo-se que no município vizinho de Adrianópolis, pertencente a São Paulo, proibiu, através de uma reunião na Câmara Municipal, que fossem enterrados os “anjos” naquele município, naquele cemitério, porque a população de lá entendia que poderia ser contaminada.

Esta é a história de um Brasil real, que está revelada em um livro. Sinceramente, o Vale do Ribeira precisa melhorar e muito a sua representação popular, melhorar na questão do trato do dinheiro público que recebem as prefeituras, melhorar a atenção do Governo. Precisamos, sim, senhores deputados, ajudar o Vale do Ribeira, mas

também, evidentemente, nós não podemos deixar que passe em branco essa história, porque no passado, segundo depoimento de nativos, quando se anunciava que os fiscais deveriam ir a Adrianópolis para fiscalizar aquela poluição, parava a cidade. A empresa parava, desativava as suas funções e aí os fiscais desciam e davam o atestado de boa conduta.

Então, senhores deputados, o Vale do Ribeira é isso: é o abandono total. É feito para um Paraná pujante, como é o nosso! O Vale do Ribeira talvez seja a região mais abandonada do Estado, sem contar o Litoral do Paraná, o Norte Pioneiro, o Noroeste, a Região Sul aqui do nosso Paraná como em Rio Azul, Malet, Rebouças, Paulo Frontin, que são regiões que precisam da presença do Governo. Mas o Vale do Ribeira é, sem sombra de dúvidas, aquele que mais precisa e é exatamente onde tem a maior riqueza natural do nosso Estado, sobretudo a riqueza mineral.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Passamos ao Horário destinado ao Grande Expediente. O Grande Expediente está destinado à Associação de pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, de Curitiba.

Concedemos a palavra ao Sr. José Dieniewicz, que é presidente da Federação das APAE's do Paraná e presidente da APAE de Curitiba.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Eu iria falar no Horário da Liderança do meu Partido, mas peço pela ordem pelo seguinte: aqui está o deputado Antonio Anibelli, que é um deputado cuja tradição remonta a história política do nosso Sudoeste do Paraná como o seu pai, o falecido pai, honroso presidente desta Casa. E lá surgiu um movimento no Oeste e no Sudoeste do Paraná para fazermos o estado do Iguaçu, aliás com legitimidade, porque já tivemos o território do Iguaçu naquela região.

Eu me preocupo, senhor presidente, eu ouvi aqui, eu gostaria que estivesse aqui o deputado Cleiton Kielse, porque durante os oito anos que estou aqui eu não vi um pronunciamento tão enfático com relação a essa questão do Vale do Ribeira. E se isso chegar ao ponto de um deputado nosso, do nosso Paraná, que defende o nosso Estado, que representa o nosso Estado, fazer a proposta que fez e, quem sabe, mudar a divisa do Paraná constituindo um outro Estado, aliás constituindo a região, pertencendo a um outro Estado, acho que felizmente da grande sabedoria, da grande verve que tem, do ponto de vista da sua oratória, o deputado Rafael Greca quiz exatamente amenizar a declaração. Eu acho, sinceramente, que o deputado Kielse, eu ouvi por várias vezes a sua reivindicação com relação ao Vale do Ribeira, mas nunca ouvi tamanha gravidade em uma declaração de um parlamentar do nosso Paraná.

Gostaria de colocar isso à Mesa, acho que isso não é uma questão apenas do deputado Kielse, eu imagino que seja uma questão da nossa Casa, da Assembléia Legislativa, e que nós, deputado Stica, V. Exa. que é uma pessoa que ocupa a vice-presidência da Casa, que está presidindo a Sessão, perdoe-me mas iria perder o sentido da questão de ordem que faço se esperasse pelo horário do PDT.

Imagino que nós tenhamos que tratar isso como Estado do Paraná, porque me lembro quando foi aqui o movimento do Estado do Iguaçu, as forças vivas da política do Paraná, capitaneadas pelo deputado Anibal Khury, fez emergir em todo o Estado, nos mais longínquos lugares do nosso Paraná, fez emergir movimentação para que o Paraná continuasse único, indivisível.

Então, não é por uma dificuldade no Vale do Ribeira que, compreendo a indignação, porque como diz o Requião, como sempre falava na campanha, que a indignação é "santa". A indignação é mais que santa, é justa no momento em que está falando o nosso deputado que não é possível trafegar naquela estrada e que muitos prometeram, mas nos oito anos que eu estou aqui eu nunca tinha ouvido tamanha gravidade na manifestação do deputado Kielse.

Imaginem a situação em que se encontra essa região, mas acima de tudo está o Paraná que nós devemos, como parlamentar, imprescindivelmente trabalhar sempre integrados para o desenvolvimento do Estado e que ele seja sempre único, voltado para o atendimento da sua população.

Desculpe, entendo do Regimento, tenho a obrigação de cumpri-lo, agradeço a benevolência de V. Exa. em me dar essa condição e dispense o horário da Liderança do PT.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradecemos.

Passamos de imediato a palavra, no Grande Expediente, ao senhor José Dieniewicz, presidente das Federações das APAE's do Paraná e presidente da APAE de Curitiba.

O SR. JOSÉ DIENIEWICZ

Muito boa tarde a todos!

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, mui dignos representantes do nosso Estado.

Eu pediria ao presidente que autorizasse que fosse distribuído material que vai ser necessário para o meu pronunciamento, se possível, para alguns deputados que ainda não receberam. Também pediria, senhor presidente, sendo a segunda vez que eu uso esta tribuna, que pudesse contar com o apoio de todos os deputados estaduais desta Casa, no sentido de que pudessem me ouvir atentamente desligando, por gentileza, os seus celulares, porque essa fala vocês não estão acostumados a ouvi-la, tendo em

vista que poucos, mínimos representantes da APAE estiveram aqui neste plenário.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados:

Ouçõ com atenção o seu pronunciamento e ouvi claramente que V. Sa. chama a atenção dos senhores deputados para que desliguem os seus celulares.

O SR. JOSÉ DIENIEWICZ

Se possível, deputado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Aqui estão os representantes do povo, eleitos pelo povo e merecem consideração e eu tenho certeza que eu devo defender os parlamentares neste momento porque eu sempre quando pude estive ao lado das APAE's e os deputados que conheço, na sua grande maioria, sempre estiveram dispostos a colaborar com as APAE's dos municípios que representam, com respeito, com amor, porque nós não vamos construir um país dentro da sua dignidade necessária com falta de respeito. Nós temos que pedir, exigir, exatamente desta tribuna que V. Sa. ocupa lhe foi concedida por deliberação de todos os deputados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradeço, deputado Neivo, e volto a palavra ao senhor José.

O SR. JOSÉ DIENIEWICZ

Muito obrigado, deputado Neivo. Em várias ocasiões estivemos juntos, em várias ocasiões, e afirmamos nesta Casa que o senhor sempre foi e sempre será um grande colaborador nosso.

Gostaríamos então, de nos apresentar. Eu represento a Federação das APAE's do Estado do Paraná onde o meu mandato termina no mês de julho.

Estou há vinte e cinco anos no movimento apaeano, trabalhando gratuitamente. Assumimos a APAE Curitiba no dia 2 de janeiro deste ano, porque a APAE Curitiba está em intervenção e carece de uma equipe e da união do esforço de todos nós que queremos que a pessoa portadora de deficiência possa ter a sua melhoria de vida e possa ser um cidadão, tratado como um cidadão digno, honesto e não precisamos mais nós estar de pires na mão solicitando migalhas para o nosso movimento.

Contamos no Paraná com 300 entidades, atendemos 35 mil pessoas portadoras de deficiência.

Representando a APAE Curitiba neste momento, gostaria de levar ao conhecimento dos senhores deputados que temos o atendimento de 738 crianças, alunos, de zero até 60 ou mais anos de idade. A APAE mantém cinco escolas - três delas em Santa Felicidade, uma na Avenida Iguaçu e uma na Ângelo Sampaio. O custo de cada aluno, hoje, calculados com bases normais de gas-

tos, chega a 750 reais por mês, enquanto que nós não recebemos dos órgãos do governo e da comunidade nem 500 reais por mês.

Então, estamos tendo ainda um déficit mensal. A dívida atual da APAE Curitiba passa de dois milhões de reais. Como sanar esta situação? Temos diversas opções para saná-la.

Vimos a esta Casa solicitar o apoio de todos vocês deputados com uma correspondência que foi entregue alguma nos gabinetes e outras neste momento onde pedimos que cada deputado possa, dentro da sua possibilidade, fazer um apoio financeiro no valor de cinco mil reais. Esta destinação de recursos será para o pagamento desses dois milhões.

Nós estamos em contato também com a Câmara de Vereadores onde estamos levando um projeto, para que os vereadores aprovem um projeto de lei igual ao de Toledo, onde lá, naquele município, a prefeitura repassa setenta reais por mês, por atendimento/aluno. E é o que vamos reivindicar dentro de alguns dias na Câmara de Vereadores de Curitiba.

O Sr. Rafael Greca

O senhor permite-me um aparte?

(Assentimento)

Quando prefeito da cidade, eu mantinha um convênio de ensino especial com a APAE, que me parece que deva ser retomado pela atual administração. Esse convênio de ensino especial permitia, que a cidade assumisse as escolas de ensino especial, pagando um *per capita*, por aluno, que permitia que as APAE's tivessem um aporte financeiro, que vinha do orçamento municipal de Curitiba. Não vejo por que isso tenha sido cancelado, já que a arrecadação da cidade só tem feito crescer, já que os impostos foram aumentados. Foi lançado o IPTU sobre a maioria dos terrenos urbanos de periferia, inclusive, em pessoas que eram isentas ao tempo em que eu era prefeito. Também foi majorado o IPTU sobre os terrenos do chamado Rocio da Vila de Curitiba, sobre os terrenos da área central da cidade.

Acho, que o endereço correto para a APAE de Curitiba se reportar é a Câmara de Vereadores da cidade, já que o ensino especial é uma das obrigações constitucionais da prefeitura da cidade, pelo zelo da igualdade de oportunidades para todos, que é um dos objetivos institucionais do município de Curitiba.

O SR. JOSÉ DIENIEWICZ

Eu gostaria de responder ao deputado que, na atual administração, desde janeiro até agora, temos a seguinte contribuição da prefeitura de Curitiba: a prefeitura repassa sete professores e paga o transporte. Apenas isso.

O SR. RAFAEL GRECA

Porque há uma Fundação de Ação Social, que se chama FAS, que não é Fundação de Atraso Social, é de Ação Social e que deve, nesse sentido, agir no sentido da

ação social. Nós, curitibanos, queremos a ação social do prefeito de Curitiba.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sou o deputado André Vargas, sou de Londrina e faço, como o deputado Rafael Greca, uma ponderação de que o orçamento de todas as escolas especiais, voltadas à educação de portadores de necessidades especiais, tenha o orçamento tripartite. É lógico que a sociedade já se organiza, equacionando um custo muitas vezes que poderia ser maior, quando executado pelo Estado, mas que houvesse de fato o orçamento tripartite.

A pergunta que faço: qual é a contribuição de fato da prefeitura, porque na minha cidade a prefeitura é a que melhor contribui com a APAE da cidade. Em muitas cidades são as prefeituras que contribuem e muito. A deputada Cida Borghetti aquiesce - conhecemos a APAE de Maringá, como bem cuidada é, já estivemos lá. Qual seria a contrapartida da União, Estado e também, por decorrência, do município, dentro desse orçamento que o Sr. nos coloca, que não nos surpreende, porque já conhecemos, mas que precisaria de fato, que tivéssemos conhecimento, para que no orçamento déssemos uma equação definitiva para a APAE, naquilo que concerne ao governo do Estado.

O SR. JOSÉ DIENIEWICZ

Deputado André Vargas, PT de Londrina, ouvimos atentamente as suas palavras e dizemos que, com relação ao governo federal, a APAE recebe realmente uma pequena quantia, que é aquele dinheiro da ex-LBA, que durante oito anos não foi reajustado e que está superdefasado. Com relação ao governo do Estado, nós temos um repasse de amparo técnico para professores, serventes, onde nós recebemos apenas R\$72.000,00. Nós temos o repasse da prefeitura, como lhe falei, sete professores pedidos e o transporte dos alunos até as nossas escolas. Nós vamos agora, nessa nova etapa, com a nossa equipe, procurar a comunidade no sentido de que ela também dê a sua contribuição para cobrir aqueles gastos necessários através de uma parceria com a Pastoral da Criança, federação das APAE's do Estado do Paraná e a APAE Curitiba onde 80% desse valor arrecadado fica para a APAE, 10% para a Federação do Estado e 10% para a Pastoral da Criança.

Devemos entrar na mídia daqui a alguns dias e se conseguirmos que 300 mil contas de luz tenham adesão, aqui no município de Curitiba, até o final do ano, certamente, os novos dirigentes da APAE terão uma tranquilidade para o próximo ano.

Mas o que viemos pedir nessa Casa é o apoio dos senhores parlamentares para a questão de momento onde temos que, de uma vez por todas, acabar com esta dívida e fazer com que os nossos alunos, os nossos professores tenham a tranquilidade do trabalho e que possamos dar aos nossos alunos portadores de deficiência o melhor atendimento possível. Essa é a nossa reivindicação.

Fico à disposição de todos os deputados para qualquer tipo de pergunta, qualquer orientação que se faça necessária. Vocês têm a nossa proposta. Agradecemos, antecipadamente, se algum dos senhores puder colaborar nessa nossa caminhada.

O SR. MARCOS ISFER

Eu gostaria de fazer um questionamento, porque veja, nós nos conhecemos há longo tempo, e o senhor ainda continua presidente das APAE's. Nós sabemos o trabalho que é realizado em inúmeras APAE's do Paraná. Sabemos, como disse o deputado André Vargas, como é a participação em vários municípios. Agora me assombra uma dívida de R\$2.000.000,00 da APAE Curitiba! Nós sabemos que inúmeros problemas houveram com relação à APAE Curitiba, sabemos de disputas, de lides na Justiça, de vários fatos lamentáveis. E eu digo isso porque a APAE, me parece, em todo o Paraná, presta um grande serviço, menos em Curitiba onde estes problemas vêm ocorrendo, sistematicamente.

Não me parece também uma solução viável que esta Assembléia vá conseguir, de alguma forma, saldar uma dívida de R\$2.000.000,00. Me parece, isto sim, que precisamos buscar mecanismos institucionais, a participação do município. Bem disse o ex-prefeito e deputado Rafael Greca, quando fala da participação do município. O município tem também o seu lado social, a sua dívida, a sua contribuição a dar à APAE.

Mas volto a perguntar, acho que é muito importante para esta Casa se saber de onde advém uma dívida de R\$42.000.000,00, que me parece, me perdoe o senhor, impagável, porque sabemos que, infelizmente, a sociedade contribui, tudo mais, mas é pouco que se consegue para saldar os compromissos diários, quanto mais para saldar uma dívida de R\$2.000.000,00!

O SR. JOSÉ DIENIEWICZ

Da forma como nós queremos fazer para conseguir angariar estes recursos e pelo potencial que aqui em Curitiba existe, nós não temos dúvida nenhuma que esta dívida é pagável, sim! Nós estamos trabalhando, fazendo todo esforço necessário, contando com o apoio de todos os segmentos da sociedade, e temos absoluta certeza, deputado Marcos Isfer, que até o final do corrente ano esta dívida está liquidada e que a APAE de Curitiba será considerada, até o final do ano uma das 10 melhores APAE's do nosso Brasil. Temos o apoio da Federação das APAE's do Estado do Paraná e das 300 APAE's para nos auxiliarem neste movimento, temos vários segmentos da sociedade curitibana, eu estou me transferindo para Curitiba; sou de Irati e vim também ajudar nisso, - temos absoluta certeza que até o final do ano isso vai acontecer.

A dívida proveio de questões puramente administrativas onde uma equipe, uma diretoria ficou 11 anos naquela entidade e todo o processo encontra-se nas mãos da Justiça que decidirá se tem culpa ou se não tem culpa. Passado este período durante a intervenção, aconteceu

que tivemos que tirar do cuidado da APAE o Crave e o Craide, porque eram alunos que não deveriam ser atendidos pela APAE, porque a APAE atende pessoas portadoras de deficiência mental e múltipla e aqueles casos eram de deficiências diferentes das atendidas pela APAE. Foi uma medida administrativa de cuidar daqueles dois setores da administração anterior. Quando passamos essas duas escolas para o pequeno Cotelengo e para outras diversas escolas de Curitiba, aconteceram com ações trabalhistas, e essas ações estamos tentando acertar, uma a uma.

Porém, quando você tem uma dificuldade financeira em uma entidade e o pessoal deixa de confiar, eles vão tudo para a Justiça trabalhista e lá o patrão dificilmente vai ter razão. Com isso aconteceu mais um déficit.

Outro problema é que a APAE recebendo 72 mil do governo do Estado e mais 15 mil da ex-LBA; sempre faltou 30 mil para cobrir a folha de pagamento de cada mês e isso foi acumulando, acumulando e acumulando.

A Sra. Cida Borghetti

Senhor presidente, senhores deputados e José, que é o presidente das APAE's do Paraná e que também ora assume a presidência das APAE's de Curitiba, juntamente com voluntários da APAE, que estão aqui reivindicando, solicitando empenho desta Casa.

Eu, como apaiana que sou e o senhor é sabedor do nosso trabalho voluntário desde muitos anos, há mais de 30 anos, você vem acompanhando um pouco não só do nosso trabalho, mas por fazer parte da família dos apaianos. Como voluntária que fui como presidente da Provo-par em, Maringá na administração do então prefeito Ricardo Barros, ao longo desses anos acompanhamos os trabalhos das APAE's de Maringá, que hoje é dito por V. Exa, inclusive, que a APAE de Maringá é um exemplo para as demais do Paraná. Tive o prazer de visitar as APAE's da região, do Norte e Noroeste do Estado e pude deparar muitas vezes com a necessidade dos profissionais, dos voluntários, que os portadores de necessidades especiais precisam sim, do apoio de cada um de nós. Isso é fato, é real, é verídico. Acho que esta Casa de Leis, tenho certeza que os nobres colegas, que aqui estão sensíveis às causas sociais, estarão ajudando e ajudam há muito tempo esta federação.

José, queria apenas registrar a sua preocupação em assumir a APAE de Curitiba e saldar esta dívida que deve perturbar não só ao senhor que assume a presidência, mas aos demais voluntários e funcionários que trabalham nessa entidade. Tenho certeza que esta Casa, irá, sim, trabalhar a favor do trabalho voluntário das APAE's. Todos aqui somos pais, mães e mulheres comprometidas com o bem-estar de toda a nossa população e incluindo os portadores de necessidades especiais.

Quero que o senhor leve à Associação o nosso trabalho, e é sabido também pela Associação, que solicitemos a vocês que nos enviem um trabalho bastante forte para que possamos estar apresentado nesta Casa de Leis,

criando oportunidades à federação e àqueles que lá trabalham, como voluntários ou não, e também para as famílias dos portadores de necessidades especiais.

Era isso, obrigada.

O SR. JOSÉ DIENIEWICZ

Agradecemos, deputada Cida e queremos deixar aqui o nosso depoimento que a APAE de Maringá hoje é a APAE que mais atende alunos portadores de deficiência. tem uma equipe muito bem organizada e o nosso vice-presidente da Federação é da APAE de Maringá.

Concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni,

O Sr. Ângelo Vanhoni

Hoje ainda recebi um questionamento, quando estava a caminho do Plenário, porque, depois de longo tempo, o prefeito da cidade de Curitiba sancionou um projeto determinando de que as pessoas portadoras de deficiência ou síndrome, possam utilizar o transporte coletivo da cidade de Curitiba com a dispensa do pagamento. Como sabemos das necessidades dos portadores de deficiência, muitos não têm como se locomover, outros têm síndromes, então precisam de acompanhantes, e no projeto estava explícito um acompanhante para ir buscar e ir levar, haja vista que o CTI é deficitário do ponto de vista do atendimento do transporte na cidade de Curitiba.

O senhor tem conhecimento dos problemas que estão ocasionando isso? Porque a reclamação que nos trouxeram é de que a URBS impediu e impede que o acompanhante tenha dispensa de passagem. Quem tem recursos na nossa cidade, quem tem uma vida razoável e tem condições, não se incomoda com esse problema do ponto de vista da isenção do pagamento. Agora, as pessoas que moram sobretudo nas regiões mais pobres e têm dificuldades financeiras, esses, além de ter o problema de ter a guarda da criança com deficiência física, motora ou mental, têm dificuldade do ponto de vista financeiro para fazer o transporte e acompanhar seus filhos, seus irmãos, seus tios, suas avós nos lugares que precisam ter o atendimento médico ou educacional.

O senhor tem conhecimento desse problema?

O SR. JOSÉ DIENIEWICZ

Tenho.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Quero, além disso, aproveitar a sugestão do deputado Rafael Greca de que a APAE de Curitiba na Câmara de Vereadores, solicite de que, pelo menos, dos 70 olhos mecânicos que fazem a multa na cidade de Curitiba, que de as verbas de quatro sejam destinadas para a APAE de Curitiba. Tenho certeza de que os problemas de recursos estarão solucionados na APAE de Curitiba. No lugar de pôr no bolso da URBS, que ponha para ajudar as nossas crianças que precisam de um atendimento maior na nossa cidade!

O SR. JOSÉ DIENIEWICZ

Muito obrigado pela sugestão, e vamos levar essa reivindicação com toda certeza para a prefeitura.

Se ninguém tem mais questionamentos, gostaria, senhor presidente, senhora e senhores deputados, de deixar aqui um convite a todos os senhores para um grande evento que será realizado aqui em Curitiba, no período de 10 a 13 de junho do corrente ano, no Teatro Guaíra, onde teremos o 5º Festival Nacional Nossa Arte. Estaremos recebendo todos os alunos portadores de deficiência, campeões na área de arte de todo Brasil, que estarão concorrendo com os nossos campeões aqui do Estado do Paraná, saindo então desta vez, aqui do nosso Estado o campeão nacional em artes, para alegria do movimento apaeano.

Reforçando então a idéia de união de todos, gostaríamos de dizer que a nossa missão, a nossa caminhada é única e exclusivamente a luta pela melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência.

Vocês têm o endereço da APAE, vocês têm tranquilamente também como se comunicar com a Federação das APAE's do Paraná; estamos à disposição para recebê-los, para visitas que se façam necessárias. Os alunos vão ficar muito gratificados de tê-los como nossos companheiros e nossos visitantes.

Muito obrigado, senhor presidente, muito obrigado, senhores deputados, até uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradecemos a presença do José Dieniewicz presidente da Federação das APAE's do Paraná.

Passamos ao Horário das Lideranças Partidárias.

Consulta as Lideranças do PL, PSC, PSL, PPS, PDT.

(Todos declinam)

PT. Concedo a palavra pela ordem, ao senhor deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Peço a palavra para comunicar ao deputado José Maria Ferreira, que nós estamos trazendo algumas informações, em função dos ofícios que o deputado José Maria Ferreira apensou aqui na Assembleia Legislativa. Como é um volume muito grande, preencheu quase um carrinho de supermercado, as suas informações deputado José Maria, estão à disposição aqui na liderança do governo; solicitaria que V. Exa. pudesse retirá-la do carrinho, porque tem mais um carrinho que será encaminhado a V. Exa. em função de seus pedidos de informação.

Estão aqui na Liderança do Governo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado ao PPB, PFL, PSDB, PTB, PSB, PT.

Concedo a palavra ao líder Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

O tema que me traz à tribuna hoje talvez não seja algo que esteja no cotidiano de cada um de nós, mas não posso deixar de registrar aqui no meu repúdio, a minha indignação, a minha tristeza profunda com o que estou assistindo no nosso mundo, no nosso planeta. Há questão de quinze dias atrás, o mundo inteiro, mais de doze milhões de pessoas se manifestaram pela paz no nosso mundo. Todos nós temos acompanhado pela imprensa, pelos veículos de comunicação o dilema que está vivendo a humanidade hoje. De um lado os Estados Unidos, de um lado um governante chamado George W. Bush, que está colocando todos os países civilizados, todos os países do mundo, está colocando sobre nosso futuro que nós não sabemos o que vai acontecer.

Durante quarenta anos a humanidade inteira fez um esforço muito grande, depois da guerra mundial que foi um flagelo sem precedentes na história da nossa humanidade, além de destruir as riquezas materiais que os homens construíram durante séculos na Europa e na Ásia. A segunda guerra mundial mutilou e destruiu as forças produtivas mais caras que a humanidade tem, que são os homens e as mulheres deste mundo.

Agora, depois da segunda guerra mundial, o esforço feito pelas nações, pelos homens de bem, aqueles que pensam na justiça, que pensam no diálogo, que pensam em construir soluções para os conflitos humanos através da razão, construíram com muitos esforços, aquilo que nós chamamos: "A união das Nações Unidas de todo o planeta".

Nesses 40 anos, a ONU tem lutado para se firmar quanto uma entidade que possa, através do diálogo e da razão suprimir, dirimir os conflitos entre os países, entre os povos.

Nesses últimos dias, nós estamos vendo esse esforço de quase meio século ser jogado por terra.

Os Estados Unidos, mesmo com o repúdio da humanidade inteira, com exceção, talvez, da população norte-americana e dos israelenses, o mundo inteiro assiste os americanos pôr por terra, contra a vontade da humanidade como um todo, uma determinação via guerra contra o Iraque.

Nenhum de nós gosta e acha que o Saddam Hussein é um governante legítimo; é um governante que deve ser para a condução dos destinos do povo iraquiano. Todos nós homens democratas, homens e mulheres que têm qualquer valor humanitário, sabe que o Saddam Hussein não é exemplo de governante para nenhum país do mundo.

No entanto, os métodos que os Estados Unidos pretende impor, não apenas para o Iraque, mas como exemplo para o resto da humanidade, nos faz o seguinte questionamento: "É como se eu tivesse qualquer problema com o vizinho, dentro da minha casa, perto do bairro aonde moro e, decidisse de uma hora para outra, não resolver mais os meus problemas com o meu vizinho

ou vizinhos, através de um advogado, de uma delegacia, do Ministério Público, através do chamado da consciência, dos organismos que a sociedade tem”. É como se decidisse: “Eu vou resolver os problemas do meu jeito. Vou através de uma atitude belicosa, vou resolver pelas armas o meu conflito com o meu vizinho”.

O que os americanos estão dizendo para o resto do mundo é exatamente isso.

Todos os valores universais consolidados pela humanidade nesses últimos anos, séculos, essa guerra tranqüilamente poderá soterrá-los.

Quem está em risco nesse momento, não só a população pobre e sofrida do Iraque, do Oriente Médio. Aquele que sem sombra de dúvida são os que mais vão sofrer, porque vão perder com certeza a própria vida. Mas estão em risco o futuro da humanidade, está em risco o futuro da ONU, está em risco a unidade da Europa, que ao longo desses últimos anos, os europeus duramente tentaram construir e consolidar, está em risco a segurança de todos os países, de todos os homens de bem desse nosso país.

Não é difícil nós pensarmos, se vale para os Estados Unidos, que pela segurança nacional, por elas acharem que interpretam os destinos, e o que é bom, e o que é melhor para o planeta. De que amanhã ou depois, mesmo ao arrepio da ONU, mesmo ao arrepio de qualquer organismo internacional deseje invadir qualquer país do mundo em nome da segurança alimentar, em nome da segurança do meio ambiente, em nome da segurança de qualquer tipo de segurança estabelecida pelos governantes americanos.

Fico pensando, muitas vezes algumas pessoas dizem o seguinte: “Olha, os americanos têm interesse na Amazônia”. “Os americanos estão de olho na Amazônia”.

Não que eu acredite nisso. Acho que isso está longe, que não vai acontecer porque o Brasil é um grande país, a América Latina é um conjunto de países fortes, por isso, não acredito que esse tipo de coisa vá acontecer.

Mas, depois dos argumentos que estou vendo, passar por cima, destruir o Conselho de Segurança da ONU, passar por cima da opinião pública mundial. É mesmo assim, os americanos vão à guerra, colocarão a vida de milhares e milhares de homens e mulheres, que não têm nada a ver com os problemas do senhor George Bush, do Pentágono, da Casa Branca. Eles vão tomar essa atitude, que é uma atitude irracional, levando o mundo para uma situação sem precedentes na nossa história. Eu começo a ficar preocupado com o que poderá acontecer com a humanidade.

Deixo aqui, o meu repúdio, a minha indignação a essa guerra, a essa barbárie. O mundo não precisa disso. O nosso caminho é o caminho da aventura, da alegria, de construir a esperança para os homens, as mulheres e para as crianças de todos os continentes. O nosso caminho é de pensar como acabar com a fome, com a miséria no continente africano. O nosso caminho é para acabar com a miséria que está nos países do terceiro mundo.

Se os americanos pegassem os recursos que estão sendo destinados para essa guerra, fruto da ignomínia, da estupidez humana, pegassem esses recursos e destinassem para o Oriente Médio, para canalizar os esforços, para desenvolver aquela população, tenho certeza que a segurança do Oriente Médio e a segurança dos povos do mundo estaria muito mais resolvida do que com as balas de canhão e com os jatos, com os torpedos que serão lançados naquele pobre país.

O nosso caminho, o caminho da humanidade, não é o caminho, não é o caminho do diálogo, é o caminho da democracia, é o caminho da solução dos graves e grandes problemas da humanidade. É para isso que temos que chamar os americanos, temos que chamar os países do mundo para resolver os nossos problemas dessa forma e não pela força da baioneta, não pela força das armas.

Espero que o mundo, entre hoje e amanhã... até agora não tem adiantado o apelo do Papa; não tem adiantado o apelo de todas as lideranças religiosas do mundo inteiro; não tem adiantado os apelos da França, da bela, gloriosa e fantástica França que já orgulhou a humanidade inteira com o seu lema de igualdade, fraternidade e democracia para todos os povos do mundo; não tem adiantado isso.

Por isso, espero que ainda até amanhã o mundo inteiro possa se unir e dizer para os americanos: “não é esse o caminho, George W. Bush, vamos apostar numa outra via: na via do diálogo e da construção de uma humanidade sem guerras e sem flagelos”.

O mundo precisa de outros governantes, não deses que pensem apenas na solução pelo conflito bélico e pela força bruta. A humanidade não nasceu para isso, ela nasceu para ouvir Beethoven, nasceu para explodir de alegria com aquilo que conseguiu construir de mais belo que são os valores que a cultura ocidental e a cultura oriental conseguiu consolidar através da sua história em cada coração, em cada cabeça de homens e mulheres deste nosso planeta. Não é esse o caminho para a humanidade! Não é esse o caminho para os povos! O presidente Lula tem toda razão quando tem afirmado a sua posição.

Não poderia deixar de me pronunciar hoje, porque amanhã, às 22h00, eu posso talvez, estar assistindo pela televisão, num espetáculo que a mídia inteira vai estar sedenta de televisionar a morte de milhares e milhares de homens, não somente a morte física, mas a morte da ONU; a morte da esperança; a morte da unidade dos povos e países que querem construir um mundo sem guerras, um mundo sem fome, um mundo com mais alegria e com mais democracia.

O Sr. Rafael Greca

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Eu me solidarizo com as palavras de V. Exa., nobre deputado,...

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Pela importância do tema trazido à tribuna, esta Presidência vai abrir uma exceção e permitir o aparte, que não é permitido neste horário.

O Sr. Rafael Greca

Solidarizo-me com V. Exa., nobre líder do Governo.

É preciso apor um veto à barbárie. Essa hora de guerra é a hora em que o poder diabólico coloca a vida sob o poder da morte. Essa hora da guerra é a hora em que o poder diabólico coloca a vida sob a tutela da morte. A frase não é minha, a frase é de Tomas Mann e ela foi escrita no momento em que um outro homenzinho de testa curta, mais especificamente, Adolf Hitler, pensava que ouvia a voz de Deus e pensava que falava em nome de Deus.

É preocupante ouvir George Bush falar na televisão, ele diz que ouve a voz de Deus; ele diz que ouve a voz de Jesus e Deus; ele diz que fala com Deus; ele tem a testa curta, ele não tem o horizonte largo nem amplo.

Não comungo com Saddam Hussein, aliás, eu gostaria de não viver no mesmo mundo nem de George W. Bush nem de Saddam Hussein, mas eu não acho que petróleo seja mercadoria para ser trocada por sangue. Além do que, eu já andei em um automóvel movido a hidrogênio, este pode ser sintetizado aqui na Peróxido do Brasil com a energia do desperdício das hidrelétricas da Copel. Hidrogênio que colocado em grandes tubos pode mover automóveis e ônibus com energia limpa.

Há seis anos atrás, no campo de provas da Mercedes Benz, em Stutgard na Alemanha, a minha Margarita pegou no cano de escape de um ônibus que já existia então o resíduo do motor em combustão, e passou suavemente na sua delicada pele do rosto. E nada lhe aconteceu.

O mundo já pode ter energia limpa. Não é preciso trocar sangue por petróleo. Mas esse homem de testa curta, que finge que ouve a voz de Deus, está colocando a vida sob a tutela da morte. Essa é a hora em que o poder divino pede que todos nós vetemos a barbárie.

O Papa disse e tem razão: “a guerra é imoral e ilegal; e os filhos da luz, nós os filhos de Deus, devemos dizer não à guerra”.

Deus tenha piedade do mundo!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, quero agradecer as belas palavras do deputado Rafael Greca, e acho que esse é o sentimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O nosso partido está apensando um requerimento solicitando que os deputados aprovem uma moção; é um ato simbólico mas fruto do nosso coração e da nossa consciência de homens civilizados que desejam pôr fim a um mundo de barbárie que se pretende instalar em nosso planeta.

Já temos problemas demais com a pobreza e a miséria e as doenças que campeiam mundo afora. Não precisamos de guerra para resolver os nossos problemas econômicos.

Gostaria que cada deputado votasse favoravelmente à moção que estamos apresentando a esta Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado à Liderança da Oposição.

O SR. TADEU VENERI

Pela ordem, senhor presidente.

Apresentei ontem um pedido a essa Mesa para que possa ser esclarecido ao Plenário e eu pessoalmente gostaria de saber em que condição está o projeto que foi a Lei 13.950, que autorizou a Assembléia a instituir, a entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2003, o Quadro Próprio da Assembléia Legislativa.

Procurei no Regimento Interno e ele não prevê, embora isso possa ser sanado na medida que vamos ter um novo Regimento, mas não prevê um prazo para que haja resposta a esta Mesa.

Há ainda, senhor presidente, gostaria que o senhor presidente pudesse ouvir não os dois, mas um só.

Ainda, senhor presidente, uma situação que os funcionários da Casa nos trouxeram e gostaria que depois esta presidência pudesse confirmar, que a partir de abril, de uma determinada data que seria dia 12, essa lei não teria validade. Não sei se isso confere ou não.

Mas, gostaria que essa Presidência, não neste momento que acredito não ser possível, mas talvez no dia de amanhã pudesse nos responder em que situação se encontra e qual o prazo que nós temos para que possamos discutir de fato a implementação desse Quadro, que hoje penaliza todos os servidores públicos - o não existir.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradeço. Levarei a sua reivindicação ao presidente Hermas Brandão e amanhã V. Exa. terá aqui a resposta dada pelo presidente da Assembléia, Hermas Brandão.

Pela ordem, deputado Ailton Araújo.

O SR. AILTON ARAÚJO

Senhor presidente, só para informação aos senhores deputados: com relação à informação do presidente da APAE, de que não recebe verbas da Prefeitura Municipal de Curitiba, realmente, ele tem razão.

A APAE não vem recebendo porque não apresentou a Certidão Negativa, CND.

A Prefeitura tem à disposição da APAE, o valor de trezentos e setenta e três mil reais, assim que entre com a CND.

Está aguardando apenas que entrem com a Certidão Negativa de Débitos.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Muito obrigado pela informação, deputado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoio dos senhores deputados Duílio Genari, Cleiton Kielse, Ademar Traiano, Rafael Greca e demais senhores deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos senhores deputados. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 356, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06 da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 044/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 120/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispensa o município de apresentar certidão negativa de débito - CND - expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para celebração de convênio com o Estado; administração direta ou indireta. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 056/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 465/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 120/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafa que para “celebração de convênio com a administração direta ou indireta do Estado, não será exigida do município a apresentação da Certidão Negativa de Débito - CND - expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.”

O veto apostado, além de inconstitucionalidade face o artigo 195, da Carta Federal, decorre de manifestação da Secretaria de Estado da Fazenda, cujos termos, por mim acolhidos como razões fundamentais, são adiante transcritos:

“O projeto de lei proposto, contraria a Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, especialmente com relação ao artigo 25, seus parágrafos e incisos, que tratam das transferências voluntárias entre os entes da Federação, que ficam sujeitos à comprovação por parte do beneficiário de vários compromissos legais, conforme inciso IV do parágrafo 1º do referido artigo 25 da Lei Complementar em referência”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 120/2001 encontra-Se publicado no DA nº 200/2001, DE 13.12.2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 044/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 120/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispensa o município de apresentar Certidão Negativa de Débito, expe-

dida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para celebração de convênio com o Estado, administração direta ou indireta.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 079/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 063/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho e do deputado Antonio Carlos Baratter, que autoriza o Poder Executivo a mudar a operadora que presta serviço de telefonia fixa para os diversos órgãos do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 213/2002

Curitiba, 21 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a hora de acusar o recebimento do Ofício nº 035/2002, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 063/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque trata de matéria que independe de trato através de lei específica.

Esse o motivo que me levou vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 063/2001, encontra-se publicado no DA nº 016/2002, de 12.03.2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 079/2002

P A R E C E R :

A presente Proposição-veto, oriunda do Poder executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 063/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho e deputado Antonio Carlos Baratter, que visa autorizar o Poder Executivo a mudar a operadora que presta serviço de telefonia fixa para os diversos órgãos do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro da prazo

legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 081/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 106/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que dispõe sobre o repasse de verbas da assistência social e subvenção social aos municípios, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 215/2002

Curitiba, 21 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a hora de acusar o recebimento do Ofício nº 060/2002, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 106/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, sendo considerado desnecessário, tendo em vista que a administração já vem aplicando semelhante procedimento, evidentemente que sem a rigidez e severidade de imposição através de lei específica, do que, aliás, independe.

Esse o motivo que me levou vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 106/99, encontra-se publicado no DA nº 028/2002, de 02.07.2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 081/2002

P A R E C E R :

A presente Proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 106/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que visa dispor sobre o repasse de verbas de assistência social e subvenção social aos municípios, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro da prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 087/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 566/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo a ceder em comodato imóvel situado no município de Matinhos. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 278/2002

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a hora de acusar o recebimento do Ofício nº 012/2002, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 566/2001, pelo simples fato de que, conforme informações prestadas pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, o pretendido imóvel não pertence ao patrimônio do Estado, e sim ao da União.

Esse o motivo que me levou vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 566/2001, encontra-se publicado no DA nº 160/2001, de 30.10.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 087/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 566/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que visa autorizar o Poder Executivo a ceder em comodato, imóvel no município de Matinhos.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 130/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 598/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau da rede pública e privada do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 512/2002

Curitiba, 30 de setembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 355/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o projeto de Lei nº 598/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o peso máximo do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau, em pastas, mochilas e similares não poderá ultrapassar 5% do peso da criança da pré-escola e 10% do peso do aluno de 1º grau.

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência decorre de parecer expedido pela Secretaria Estadual da Educação, considerando a medida inexequível e de muito difícil fiscalização e, ainda, asseverando:

“- todas as crianças possuem o mesmo material escolar, o que não ocorre com a sua massa corporal, pois cada uma delas tem o seu próprio desenvolvimento biológico e capacidade ergométrica individual;

- as escolas, especialmente públicas, deixam a critério das famílias a compra das mochilas ou pastas para transporte dos materiais. Cada família adquire uma mochila ou pasta, conforme lhe convém, tanto em termos de escolha quanto em termos financeiros.”

Disse ainda a Secretaria de Estado da Educação, “que a melhor contribuição que os estabelecimentos de ensino podem dar, nesta direção, é através da educação e conscientização, no sentido de alertar as próprias crianças, especialmente através das aulas de Educação Física, ensinando-lhes postura corporal, posições apropriadas para carregar mochilas e pastas e maneira adequada de organizar, diariamente, o material escolar. A equipe da escola também pode dar orientações aos pais para que, no momento da aquisição do material escolar, procurem adquirir cadernos e materiais menos pesados, e, ainda, orientem seus filhos quanto à necessidade de levar para a escola somente o material necessário para cada dia de aula”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 598/2001, encontra-se publicado no DA nº 168/2001, de 13/11/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 130/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 598/2001, de autoria

do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que dispõe sobre o peso máximo do material escolar transportado diariamente por alunos da pré-escola e da rede pública privada do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 137/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 487/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher, no município de Sarandi. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 574/2002

Curitiba, 07 de novembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 370/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 487/2001, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 487/2001, encontra-se publicado no DA nº 109/2002, de 26/08/2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 137/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 487/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher, no município de Sarandi.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Estão em discussão os itens de nº 01 a 06.

Para discutir, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente e senhores deputados.

Apesar do mérito da iniciativa de cada deputado ao apresentar esses projetos, dependendo do mérito são méritos valiosíssimos; nós respeitamos o mérito de casa um. No entanto, os seis projetos apresentam um problema de vício de origem, um problema de constitucionalidade.

Então a nossa recomendação é pela manutenção do veto, é que os deputados coloquem o voto SIM pela manutenção do veto, porque é atribuição do Governo do Estado, via de regra, o mérito dos projetos estabelecidos por iniciativa de cada deputado.

Então, estamos sugerindo, estamos recomendando a manutenção dos vetos em todos os seus projetos.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Encerrada a discussão, Em votação.

Antes porém, quero registrar, a pedido da deputada Elza Correia, as presenças de Ana Estela, do Sindicato dos Trabalhadores de Ensino de Maringá, e a de César Cargiano, presidente do Sindiprol de Londrina.

Muito obrigado pela presença!

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu peço que V. Exa. faça soar as campanhas para que os deputados que se encontram nos gabinetes venham para a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Esta sendo atendido o pedido do deputado Anibelli, neste momento.

Como a votação será secreta, pedimos ao 1º secretário, *ad hoc*, que proceda a chamada dos senhores deputados para a votação.

Lembro que os deputados que votarem conforme indicação do líder do Governo, pela manutenção do veto, votarão com a expressão SIM.

Os deputados que desejam votar pela derrubada do veto, votarão com a expressão NÃO.

Senhor 1º secretário *ad hoc*, por favor, proceda a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

(Procede à chamada nominal).

Quarenta e três deputados votando, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Convido para proceder ao escrutínio dos votos, os deputados Mauro Moraes, Carlos Simões e Chico Noroeste.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Apenas para registrar a presença, nesta Casa, do 2º secretário da Câmara Municipal da cidade de Sertãoópolis, no Norte do Paraná, vereador Júnior Oporto. É muita felicidade recebê-lo em nossa Casa, no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos o registro e a presença do vereador.

11 (onze) votos, NÃO; 31 (trinta e um) votos, SIM; 01 (um) voto, NULO.

Mantidos os vetos dos números um a seis constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, Requerimento nº 347, de autoria dos deputados Doutor Luciano e Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 349 e 350, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 359 a 361, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 353, de autoria dos deputados Neivo Beraldin, Artagão Júnior, Elio Rusch, Duílio Genari, André Vargas e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 351, 352 366 e 367, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 354, de autoria dos deputados Francisco Bühler e Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 355, de autoria do deputado Francisco Bühler, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 362, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 368, de autoria dos deputados Pedro Ivo Ilkiv, Padre Paulo Campos, José Maria Ferreira, Hermes Fonseca e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 370 a 372, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 373, de autoria do deputado Tadeu Veneri, André Vargas, Luciana Rafagnin, Natálio Stica e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 376 e 377, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 009, 015, 110, 115 e 129/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 033, 047 e 063/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DE ALIMENTOS****4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e dois, às 9h30min, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes deputados: Cezar Silvestri, Luciana Rafagnin, Hermas Brandão, Duílio Genari, Ademir Bier, Eli Ghelhere e Serafina Carrilho. Dando início aos trabalhos o presidente agradeceu a presença de todos, salientando que o sucesso da CPI foi devido ao grande esforço de todos, agradecendo cada entidade. Em seguida passou a palavra ao relator Cezar Silvestri que agradeceu o empenho e dedicação de todos que contribuíram com o excelente trabalho desenvolvido; passou então a ler o relatório final da CPI dos Alimentos. Após a leitura foi realizada a votação para a sua aprovação. Demais comentários foram realizados, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

Everlei Terezinha Cleto - Secretária

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de março de dois mil e três, às dez horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legisla-

tiva do Estado do Paraná, para sua primeira reunião ordinária, com a presença dos membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: eleição do vice-presidente da Comissão e Proposição 016/2003 - submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referente ao mês de janeiro de 2003. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu a reunião dando as boas vindas aos senhores deputados integrantes da Comissão para o biênio 2003/2004, desejando a todos um ano de muito trabalho e realizações. Foi então empossado o senhor deputado Antonio Anibelli como vice-presidente da Comissão por consenso geral. A seguir a palavra foi passada ao senhor deputado José Maria Ferreira, relator da Proposição nº 016/2003, que trata da prestação de contas da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento

das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de janeiro de 2003, conforme Resolução nº 15/92, de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. Após análise, concluiu o senhor relator que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, tendo em conta sua exatidão e atendendo à legislação em vigor, deliberando pelo parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado por todos os senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo presidente da Comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária